

Título -> Educação de adultos
Brevista

Autoria -> GDE

Ano -> 1986

56



G D F - S E - F E D F

DEPARTAMENTO GERAL DE PEDAGOGIA

DIREÇÃO DE ENSINO SUPLETIVO

Núcleo de Suplência

E
D
U
C
A
Ç
Ã
O

D
E

A
D
U
L
T
O
S

P
R
O
P
O
S
T
A

F A S E I I

Faz parte de "Uma proposta
de Educação de Adultos, p/
a Rede Oficial de Ensino do DF
- pag. 26 a 32

* * * 1 9 8 6 * * *

OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE FASE II

A - FUNÇÃO SUPLENÇA

1. MODALIDADES DE ATENDIMENTO

1.1. Cursos

1.1.1. FASE II (1.^a à 4.^a série do 1.^o grau)

OBJETIVO Possibilitar a participação crítica e consciente do cidadão, no processo sócio-econômico-político-cultural, através da aprendizagem de conhecimentos, valores e atitudes.

DURAÇÃO O curso terá duração provável de 1.440 horas, aproximadamente 4 semestres letivos, resguardando-se o ritmo próprio do aluno.

CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

Adultos e adolescentes alfabetizados, com idade mínima de 14 anos e meio.

CRITÉRIO DE MATRÍCULA

a) Ingresso

- . Sucessivo, ao longo do período, para todos os alunos, observando-se a estratégia de matrícula.
- . Distributivo, através de testes de sondagem em Comunicação em Língua Portuguesa e Matemática para todos os alunos, com vistas à sua localização no:
 - .. Nivelamento em Língua Portuguesa e/ou Matemática, quando não forem evidenciados os pre-requisitos, em um, outro ou ambos os componentes curriculares, necessários ao acompanhamento de programação da Fase.
 - .. Ensino Direto - por Áreas de Estudo, correlacionadas a partir de temas de interesse, quando os pré-requisitos forem considerados satisfatórios.

b) Documentação

O aluno deverá apresentar, no ato da matrícula, os documentos, relacionados no Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Oficial do Distrito Federal.

ORGANIZAÇÃO DO CURSO

- . Nivelamento, com duração provável de um semestre letivo, com 8 encontros semanais de Comunicação em Língua Portuguesa e/ou 8 de Matemática podendo ocorrer da seguinte forma:
 - .. em Comunicação em Língua Portuguesa e Matemática complementando-se a carga horária com Educação Artística e Educação Física, para assegurar o exercício concomitante das 4 linguagens, além de possibilitar de forma relevante, a prática dos comportamentos cognitivos, psicomotores e afetivos.
 - .. em Comunicação em Língua Portuguesa ou Matemática, podendo-se completar a carga horária com Educação Artística, Educação Física e Áreas de Estudo afins ao componente em que o aluno tenha demonstrado proficiência nos testes de sondagem.
- . Ensino Direto - compreendendo os níveis de aprofundamento progressivo - 1, 2, 3 e 4 - desenvolvido semestralmente, estratificados predominantemente em relação aos estudos de Comunicação em Língua Portuguesa e Matemática, dando ao rigor da sequência natural desses estudos. Estes níveis compreendem o conjunto dos conteúdos programáticos a serem desenvolvidos, de forma contínua e integrada, a partir de temas de interesse. Esses temas serão comuns aos níveis e selecionados por escola em decisão conjunta de alunos e professores.
- . O remanejamento do estudante poderá fazer-se a qualquer momento, mediante processo de avaliação, que permita encaminhá-lo a qualquer nível de aprofundamento progressivo que lhe for adequado,
- . A coordenação pedagógica será feita a partir da interação dos níveis local, intermediário e central; deverá estar centrada na busca de melhoria do atendimento ao aluno e associada a um processo global de educação, cujos parâmetros incidem na visão do homem como ser crítico que intervém no ambiente, na produtividade do ensino e na redução da evasão e repetência.

MODALIDADE DE APURAÇÃO DE FREQUÊNCIA

A frequência não será obrigatória para efeito de aprovação, porém recomendável para um melhor desempenho do aluno no curso. O registro será feito em diário de classe.

CORPO DOCENTE

Professores portadores de diploma de curso de habilitação em nível de segundo grau, para o magistério de primeiro grau, preparados quanto à Educação de Adultos, através de cursos de atualização intermitente.

ESTRUTURA DO CURSO

a) Componentes Curriculares

O curso será desenvolvido por Áreas de Estudo e Atividades. Na operacionalização dos componentes curriculares, será resguardado o aprofundamento progressivo por nível quando necessário, e de acordo com a especificidade da Área de Estudo ou atividade.

Áreas de Estudo

. Comunicação e Expressão

- Comunicação em Língua Portuguesa, 4 níveis, um professor, 4 aulas semanais;
- Educação Artística, 4 níveis, um professor, 2 aulas semanais;
- Educação Física, 4 níveis, um professor (com habilitação específica), 2 aulas semanais;

. Ciências

- Matemática, Ciências e Programas de Saúde, 4 níveis, um professor, 8 aulas semanais;

. Estudos Sociais

História, Geografia, OSPB e EMC, 4 níveis, um professor, 4 aulas semanais.

- . Conforme a grade curricular anexa, os componentes curriculares de Educação geral, com os estudos obrigatórios do Art. 7º (Lei 5.692/71): Educação Moral e Cívica, incluída em Estudos Sociais e Programas de Saúde, incluídos em Ciências, receberão tratamento didático-pedagógico de Áreas de Estudo; Educação Artística e Educação Física serão tratadas, predominantemente, através de atividades. Ensino Religioso será obrigatório para o Estabelecimento de Ensino e optativo para o aluno.

b) Método

A Fase II será desenvolvida através do Ensino Direto, nas seguintes situações:

. Universo da Rede Oficial

Levantamento de interesses, a partir de grandes temas, vinculados à vivência dos alunos, levando-se em conta os conteúdos programáticos, que serão referência comum, com vistas a facilitar a circulação dos alunos no Distrito Federal.

. Experiência-piloto em três escolas da Rede Oficial.

Desenvolvimento de Centros de Interesse, a partir de pesquisa participante, visando à elaboração de currículo experimental de Fase II.

Para ambas as situações, será enfatizada a participação do aluno em sua aprendizagem, através dos princípios de:

- . correlação - que parte da integração das Áreas de Estudo em torno de temas amplos, vinculados a situações reais;
- . criticidade - que revela os fatos, compreende sua historicidade e prepara a intervenção consciente;
- . funcionalidade - que corresponde ao processo de sistematização da experiência do aluno no contexto sócio-econômico-político-cultural;
- . convivialidade - que tenta equilibrar a inserção social da pessoa humana e sua originalidade individual.

c) Técnicas Didáticas

A critério do professor na diversificação que as situações de aprendizagem requeiram, e em consonância com a busca de articulações dos componentes curriculares.

MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Poderá ser usado o já existente, sem a conotação de material básico exclusivo, acrescido de outros, que deverão ser elaborados e/ou selecionados em nível de coordenação pedagógica local e central.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter sistemático e levará em conta, no desenvolvimento das atividades pedagógicas, os princípios de correlação, criticidade, funcionalidade e convivialidade.

Será realizada no decorrer do processo para acompanhar a aprendizagem do aluno e verificar seus resultados. Terá como referencial os objetivos gerais das Áreas de Estudo e Atividades e os objetivos das respectivas unidades programáticas, considerando-se, especialmente, aqueles que configurem pré-requisitos para os níveis posteriores de estudo.

Serão utilizados os conceitos H (HABILITADO) e N-H (NÃO HABILITADO) para as Áreas de Estudo e S (SATISFATÓRIO) e N-S (NÃO-SATISFATÓRIO) para as Atividades.

A recuperação será paralela ao processo educativo, como forma de apoio aos alunos que apresentem dificuldades na aprendizagem, partindo de programações de cuja organização os alunos, tanto quanto possível, possam participar.

REGISTRO

Os registros escolares serão feitos em Diário de Classe, Histórico Escolar e em Fichas específicas, que subsidiem o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, padronizados em nível de Secretaria de Educação/FEDF.

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

É um recurso para reconhecimento de aprendizagem anterior, realizada fora da escola em que o aluno está atualmente matriculado, e para situá-lo no nível de aprofundamento da FASE que lhe for adequado.

O aproveitamento de estudos será feito mediante a correspondência entre os conteúdos estudados anteriormente e os oferecidos na Fase.

Essa correspondência será verificada através de exame de documentação apresentada, acrescido de outros procedimentos, conforme dispõe o Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Oficial do Distrito Federal.

Serão utilizados testes de sondagem em Comunicação em Língua Portuguesa e Matemática, para:

- confirmar o exame precedente da documentação, ficando ao aluno a decisão de cumprir suas indicações;

- . garantir o ingresso dos alunos que não comprovarem escolaridade anterior.

O resultado obtido deverá ser registrado nos documentos escolares dos alunos.

CIRCULAÇÃO DE ESTUDOS

Respeitadas as exigências de faixa etária, poderá ocorrer:

- . do Supletivo para o Regular, ao término da Fase;
- . do Regular para o Supletivo, a qualquer momento

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE

Será conferido aos concluintes da Fase II Histórico Escolar, com validade nacional, assinado pelo Diretor e Secretário do Estabelecimento de Ensino.

Para efeito de transferência, serão expedidos Histórico Escolar e ficha adequada para este fim, com registro dos conteúdos estudados, como forma de resguardar o ingresso do aluno em outros sistemas de ensino.

Anexo ao Parecer nº 167/87 - CEEF

GRATIFICURRICULAR DA FASE II (1. ^a à 4. ^a SÉRIE)			
AVALIAÇÃO NO PROCESSO			
COMPONENTES CURRICULARES			
PARTES DO CURRÍCULO	ATIVIDADES	ÁREAS DE ESTUDO	DURAÇÃO PROJEVIA
NÚCLEO COMUM		Português	360
		Matemática	288
		Iniciação à Ciências/ Programas de Saúde	252
		Estudos Sociais	216
	Educação Artística Educação Física Ensino Religioso		114 108 36
PARTES DE VERIFICAÇÃO DA	PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO com ênfase de informação profissional		40
TOTAL			1.444

PORTUGUÊS e MATEMÁTICA	Identificada a necessidade do aluno, serão oferecidas 144 H de Português e 144 H de Matemática, desenvolvidas no Nivelamento, no início do curso.
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA e EDUCAÇÃO FÍSICA	Concomitante à oferta das Linguagens Vernácula e Matemática, no Nivelamento, serão oferecidas 36 H de EA e 36 H de EF, sob forma de Atividades. Os cursos noturnos podem ser dispensados da prática da Educação Física na forma da Lei 5.664 de 21 de junho de 1971.
ENSINO RELIGIOSO	O ER será optativo para o aluno e obrigatório para o Estado-locatário de ensino.

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Sugere-se para a FASE II, a seguinte distribuição de
Carga Horária das Áreas de Estudo/Atividades por Nível

ÁREAS DE ESTUDOS/ATIVIDADES	NÍVEIS	Nº DE AULAS SEMANAIS				CARGA TOTAL
		1º	2º	3º	4º	
PORTUGUÊS	4	5	5	5	5	360
MATEMÁTICA	4	4	4	4	4	288
INICIAÇÃO À CIÊNCIAS/PS	4	3	3	4	4	252
ESTUDOS SOCIAIS E M C	4	3	3	3	3	216
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	3	-	2	3	3	144
ENSINO RELIGIOSO	1	2	-	-	-	36
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	3	3	-	-	108
PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	-	-	-	-	-	40
TOTAL		20	20	19	19	

PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO PARECER 167/87 - C E D F.

A nova grade atinge os alunos matriculados no Ensino Supletivo.

1. A carga horária no Ensino Supletivo está condicionada aos conteúdos programáticos. O cumprimento dos mesmos encontra no princípio de Aceleração seu amparo legal, se for o caso.
2. A inclusão do Componente Preparação para o Trabalho conforme preceitua o Parecer 785/86-CFE está, em parte, diluído nos componentes curriculares, conforme explicitação no OC.170/87-DES enviado aos Complexos Escolares. A inclusão do componente acima é enfocado através de "Atividades de Informação Profissional" - parte diversificada do currículo - terá tratamento a nível de Unidade de Ensino, em consonância com diretrizes da DES. A computação das horas previstas na grade está condicionada à execução de atividades e comprovação da participação, preferencialmente nas "Semanas do Ensino Supletivo" - ocorrência anual.
3. A mudança da nomenclatura das disciplinas deverá ser observada:
 - PORTUGUÊS substitui COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA na FASE II.
 - INICIAÇÃO À CIÊNCIAS/PS substitui CIÊNCIAS(e PROGRAMAS DE SAÚDE) na FASE II.
 - MATEMÁTICA passa a constituir disciplina desvinculada de Ciências e Programas de Saúde na FASE II.
 - ESTUDOS SOCIAIS/EMC substitui ESTUDOS SOCIAIS na FASE II.
- 4 - Os cursos noturnos amparados pela Lei 5.664/71 poderão ser dispensados da prática de Educação Física

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS - FASE II

1 9 8 6

Adi 

ENFOQUE À LÍNGUA PORTUGUESA

Faz-se necessário um novo enfoque ao ensino da Língua Portuguesa, diante da constatação de que o estruturalismo linguístico, durante tanto tempo aplicado, não surtiu o efeito esperado. A interpretação errônea de que a língua é (estado) um conjunto de estruturas e que, para dominá-la, bastaria que o aluno repetisse mecanicamente séries dessas estruturas (exercícios estruturais) confirma-se quando, em situação prática, (redações em concursos vestibulares, entrevistas, etc) torna-se evidente a incapacidade, quase geral, em comunicar-se, escrita ou oralmente, por parte das camadas mais jovens da população. Isso porque o aluno, intuitivamente não "descobre" as relações existentes entre os componentes das estruturas, não passa a empregá-las corretamente e nem se comunica, nesse sentido, com clareza.

O importante é a conscientização de que a língua é uma entidade dinâmica, produto da mente humana e que as operações mentais, (Funcionamento) responsáveis pela produção da mesma devem ser estimuladas de forma a permitir a emissão e interpretação de frases gramaticais e aceitáveis. Portanto, embora trabalhando a língua, a nível de desempenho, que é o fato concreto, o que importa é atingir a competência linguística do aluno, discutindo e exercitando normas e conceitos linguísticos, que internaliza-os, através de uma prática consciente, favoreçam e desenvolvam a capacidade de expressão. Todo ser humano possui uma gramática interna que permite, mesmo ao analfabeto, gerar sua linguagem. O aluno adulto, clientela do Ensino Supletivo, traz o conhecimento intuitivo da língua; cabe à escola sistematizar esse conhecimento, oportunizando debates e discussões a respeito do funcionamento desse sistema e das várias formas que coexistem, além da padrão.

Assim, aconselha-se que o ensino da Língua Portuguesa tenha como ponto de partida um texto, cujo estudo não se restrinja apenas à leitura e interpretação, mas estenda-se aos aspectos morfossintáticos, que, tanto quanto possível, não devem ser desvinculados em compartimentos estanques mas globalizados a fim de que, a partir da sintaxe frasal, possam-se conhecer e entender as relações sintáticas e morfológicas dos termos oracionais. Os exercícios devem perder o caráter mecanicista que vêm apresentando (exercícios estruturais do tipo "siga o modelo"); é importante que o aluno saiba o que está fazendo, qual a natureza do exercício que realiza e que, inclusive, tenha condições de discutir e questionar os objetivos dos mesmos. Ao professor deve ser dada a liberdade de, a partir do conteúdo estabelecido, desenvolvê-lo de acordo com sua criatividade e com o material didático que julgar conveniente para possibilitar ao aluno um desempenho linguístico que lhe permita uma participação crítica e consciente no processo sócio-político-econômico contemporâneo.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. OBJETIVOS

1.1. Geral

Utilizar os padrões linguísticos, de acordo com as normas de aceitabilidade e com os níveis de linguagem oral e escrita, como um meio de participação e integração no contexto sócio-político-econômico-cultural.

1.2. Das Unidades Programáticas:

1.2.1. Expressão oral - Utilizar as várias formas de linguagem oral como instrumento de comunicação e expressão, de idéias, pensamentos e sentimentos, de forma coerente e adequada, em situações diversas da vida prática.

1.2.2. Leitura e vocabulário - Ler textos adequados ao interesse e vivência do aluno, interpretando-os e utilizando as novas palavras incorporadas ao seu vocabulário, de acordo com o contexto.

1.2.3. Expressão escrita - Expressar, por escrito, idéias, pensamentos e sentimentos, de forma adequada, em situações funcionais ou criadoras.

1.2.4. Ortografia - Pronunciar e escrever corretamente as palavras usuais de seu repertório e o estabelecimento da relação entre os sons das palavras e sua representação gráfica.

1.2.5. Entonação e Pontuação - Dominar a relação entre entonação e pontuação e sua aplicação na leitura e na escrita.

1.2.6. Classes de palavras e Estrutura da frase - Empregar os diferentes tipos de palavras e o estabelecimento das suas relações na produção de frases e orações.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN. I - EXPRESSÃO ORAL OBJETIVO - Utilizar as várias formas de linguagem como instrumento de comunicação e expressão, de idéias, pensamentos e sentimentos, de forma coerente e adequada, em situações da vida prática. 1. Audição, interpretação e apresentação de mensagens: avisos, notícias, recados, anúncios, propagandas. 2. Elementos da comunicação: assunto, emissor, receptor, fonte, canal, destino. 3. Maneiras de transmitir mensagens: sequência lógica dos fatos, entonação, ritmo, pronúncia correta das palavras. 4. Observação de gravuras a fim de identificar mensagens. 5. Interpretação de textos lidos ou ouvidos.	IDEM 1. Interpretação de textos lidos ou ouvidos. 2. Repetição de histórias, com alteração das partes estruturais: início, desenvolvimento e desfecho. 3. Recriação de textos lidos ou ouvidos.	IDEM 1. criação de histórias, dados estímulos visuais e/ou auditivos. 2. Interpretação de textos lidos e ouvidos.	IDEM 1. Criação de textos de tema livre. 2. Interpretação de textos lidos ou ouvidos.
UN. II - LEITURA E VOCABULÁRIO OBJETIVO - Ler textos adequados ao interesse e vivência do aluno, interpretando-os e utilizando as novas palavras incorporadas ao seu vocabulário, de acordo com o contexto. 1. Leitura de palavras de vocabulário usual.	IDEM 1. Leitura silenciosa de textos para identificação de palavras.	IDEM 1. Leitura silenciosa de textos para identificação de palavras.	IDEM 1. Leitura silenciosa de textos para identificação de palavras.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
2. Leitura silenciosa de textos para identificação de palavras novas e seu significado. 3. Identificação de palavras sinônimas e antônimas. 4. Compreensão e interpretação de textos: . identificação da idéia central de cada parte. . apreciação de personagens, fatos, movimentos, ações. . comentário dos aspectos interessantes do texto lido. 5. Leitura de livros, jornais e revistas. 6. Leitura de textos em geral	2. Identificação de palavras novas e seu significado. 2. Identificação de palavras sinônimas e antônimas. 3. Compreensão e interpretação de textos: . identificação da idéia central de cada parte. . apreciação de personagens, fatos, movimentos, ações. . comentário dos aspectos interessantes do texto lido. 4. Leitura de livros, jornais, revistas. 5. Consulta a índice de livros. 6. Identificação de prosa, de verso e estrofe. 7. Leitura de textos em geral.	2. Identificação de palavras novas e seu significado. 2. Identificação de palavras sinônimas e antônimas, primitivas e derivadas. 3. Compreensão e interpretação de textos: . identificação da idéia central de cada parte. . apreciação de personagens, fatos, movimentos, ações. . comentário dos aspectos interessantes do texto lido. 4. Leitura de livros, jornais, revistas. 5. Leitura de textos em geral.	2. Identificação de palavras novas e seu significado. 2. Identificação de palavras sinônimas e antônimas, primitivas e derivadas. 3. Compreensão e interpretação de textos: . identificação da idéia central de cada parte. . apreciação de personagens, fatos, movimentos, ações. . comentário dos aspectos interessantes do texto lido. 4. Leitura de livros, jornais, revistas. 5. Compreensão e interpretação de textos informativos, recreativos, criativos de várias extensões. 6. Identificação de idéias central e secundária. 7. Identificação de prefixos e sufixos. 8. Leitura silenciosa e oral com entonação, ritmo e velocidade adequadas. 9. Identificação de informações catalográficas. 10. Leitura de livros, jornais, revistas para recreação e pesquisa. 11. Identificação de prosa e verso e de versos e estrofes.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN.III - EXPRESSÃO ESCRITA OBJETIVO - expressar por escrito, idéias, pensamentos e sentimentos de forma adequada em situações funcionais ou criadoras. 1. Escrita de palavras e frases evidenciando domínio dos aspectos de legibilidade: . traçado adequado das letras. . espaçamento entre letras e palavras. 2. Alfabeto (maiúscula e minúsculas/vogais e consoantes) 3. Ordenação de palavras pela ordem alfabética. 4. Uso de inicial maiúscula. 5. Elaboração de frases, empregando concordância nominal e verbal e demais conceitos linguísticos. 6. Redação de bilhetes, cartas, convites, agradeci-	I DEM 1. Escrita de palavras e frases evidenciando domínio dos aspectos de legibilidade: . traçado adequado das letras. . espaçamento entre letras e palavras. 2. Alfabeto (maiúscula e minúsculas/vogais e consoantes) 3. Ordenação de palavras pela ordem alfabética. 4. Uso da inicial maiúscula. 5. Redação de bilhetes, convites, telegramas, cheques. 6. Elaboração de orações, empregando concordância nominal e verbal.	IDEM 1. Escrita de palavras e frases evidenciando domínio dos aspectos de legibilidade: . traçado adequado das letras. . espaçamento entre letras e palavras. . uso de margens. . parágrafos. 2. Uso de inicial maiúscula. 3. Redação de bilhetes, cheque, recibos, cartões, convites, agradecimentos, participações, anúncios, telegramas, cartas. 4. Elaboração de orações, empregando concordância nominal e verbal 5. Textos sobre a ação de estímulos visuais e/ou auditivos	IDEM 1. Escrita de palavras e frases evidenciando domínio dos aspectos de legibilidade: . traçado adequado das letras. . espaçamento entre letras e palavras. . uso de margens. . parágrafos. 2. Uso de inicial maiúscula. 3. Redação de bilhetes, cheque, recibos, cartões, convites, agradecimentos, participações, anúncios, telegramas, cartas. 4. Elaboração de orações, empregando concordância nominal e verbal. 5. Textos sobre tema livre.
UN.IV - ORTOGRAFIA OBJETIVO - pronunciar e escrever corretamente as palavras usuais de seu repertório e o estabelecimento da relação entre os sons das palavras e sua representação gráfica.	IDEM	IDEM	IDEM

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
1. Alfabeto (maiúsculo, minúsculo/vogais e consoantes). 2. Divisão silábica (sem classificação). 3. Acento agudo, circunflexo, til. 4. Palavras com C. 5. Emprego das letras: ç, f, u, h, m, n, g, s, x, z, l.	1. Divisão silábica (com classificação). 2. Acentuação tônica (sem classificação). 3. Uso de dígrafos. 4. Palavras com C. 5. Palavras com T, S, L, M, N, Z. 6. Palavras com <u>j</u> antes de <u>e</u> e <u>i</u> . 7. Palavras com <u>g</u> antes de <u>e</u> e <u>i</u> . 8. Palavras com <u>P</u> e <u>B</u> usando-se M. 9. Palavras com <u>h</u> inicial. 10. Palavras com <u>x</u> .	1. Divisão silábica. 2. Acentuação tônica (com classificação). 3. Os mesmos itens de 3 a 10 nível anterior.	1. Divisão silábica. 2. Acentuação tônica. 3. Encontros vocálicos e consonantais. 4. Os mesmos itens de 3 a 10 do nível anterior
UN.V - ENTONAÇÃO E PONTUAÇÃO OBJETIVO - dominar a relação entre entonação e pontuação e sua aplicação na leitura e na escrita. 1. Uso dos sinais de pontuação: ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula. 2. Pontuação de orações. 3. Orações: declarativas, interrogativas, exclamativas. 4. Pontuação de textos lidos e redigidos.	IDEM 1. Uso dos sinais de pontuação: ponto final, interrogação, exclamação, vírgula, travessão. 2. Pontuação de textos lidos e redigidos. 3. Orações: declarativas, interrogativas, exclamativas.	IDEM 1. Uso dos sinais de pontuação: pontos final, interrogação, exclamação, reticências, dois pontos, vírgula, travessão, aspas. 2. Pontuação de textos lidos e redigidos. 3. Orações: declarativas, interrogativas, exclamativas.	IDEM 1. Uso dos sinais de pontuação: pontos final, interrogação, exclamação, reticências, dois pontos, vírgula, travessão, aspas, ponto e vírgula. 2. Pontuação de textos lidos e redigidos. 3. Orações: declarativas, interrogativas, exclamativas.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN.VI - CLASSES DE PALAVRAS E ESTRUTURA DAS FRASES OBJETIVO - empregar os diferentes tipos de palavras e o estabelecimento das suas relações na produção de frases e orações. 1.Substantivo (nome). 2.Adjetivos (qualidade). 3.Flexão de genero. 4.Flexão de grau. 5.Flexão de número. 6.Frase como um conjunto de palavras que se relacionam. 7.Concordância nominal e verbal. 8.Verbo(ação). 9.Oração-como uma frase constituída por um verbo.	IDEM 1.Substantivo:flexão 2.Artigos:flexão. 3.Adjetivos:qualidade. 4.Pronomes pessoais. 5.Verbos(presente, passado.futuro). 6.Frase como um conjunto de palavras que se relacionam. 7.Oração- como uma frase constituída por um verbo. 8.Concordância nominal e verbal.	IDEM 1.Substantivo:flexão 2.Artigos:flexão. 3.Adjetivos:flexão. 4.Numerais(cardinais e ordinais). 5.Pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos. 6.Verbos regulares(presente, pretérito, futuro simples). 7.Frase-como um conjunto de palavras que se relacionam. 8.Oração-como uma frase constituída por um verbo. 9.Termos essenciais da oração: sujeito(simples e composto). predicado. 10.Concordância nominal e verbal.	IDEM 1.Substantivo:flexão. 2.Artigos:flexão. 3.Adjetivos:flexão. 4.Numerais:flexão. 5.Pronomes:pessoais, possessivos e demonstrativos. 6.Verbos regulares:presente, pretérito perfeito e imperfeito, futuro simples. 7.Frase como um conjunto de palavras que se relacionam. 8.Oração-como uma frase constituída por um verbo. 9.Termos essenciais da oração: sujeito e predicado. 10.Concordância nominal e verbal. 11.Advérbio:tempo, modo, lugar, negação. 12.Preposições. 13.Conjunções.

MATEMÁTICA

1. OBJETIVOS

1.1 - Gerais

- 1.1.1 - Desenvolver o pensamento lógico e a capacidade de abstração matemática.
- 1.1.2 - Aplicar os princípios matemáticos à resolução dos problemas da vida cotidiana.

1.2 - Das Unidades programáticas:

- 1.2.1 - Resolver situações-problema práticos que envolvam operações com números naturais.
- 1.2.2 - Utilizar os números fracionários e números decimais em situações práticas.
- 1.2.3 - Aplicar, em situações práticas, conhecimentos relacionados a medidas.
- 1.2.4 - Resolver problemas que envolvam perímetro e área de figuras geométricas.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN. I OBJETIVO: Resolver situações problema que envolvam operações com números naturais. 1. Interpretação, leitura, escrita e comparação de números até centena (999). 2. 0 zero, ocupando ordem vazia. 3. Interpretação do princípio do valor posicional. 4. Adição e subtração com 2 ou 3 algarismos sem e com reserva das unidades para as dezenas, e identificar seus termos. 5. Relação entre adição e subtração. 6. Leitura e escrita de quantias exatas, utilizando o símbolo do cruzado e vocabulário específico.	IDEM 1. Interpretação, leitura, escrita e comparação de números até unidade de milhar (9.999). 2. 0 zero ocupando ordem vazia. 3. Interpretação do princípio do valor posicional. 4. Valor absoluto e valor relativo. 5. Adição e subtração por 3 ou 4 algarismos, com reserva. 6. Multiplicação e divisão, cujo multiplicador e divisor sejam representados respectivamente por um algarismo e identificar seus termos. 7. Identificar a função do zero e da vírgula na escrita 8. Identificação, leitura e escrita de numerais ordinais até 10.	IDEM 1. Interpretação, leitura, escrita e comparação de números até dezena de milhar (99.999). 2. 0 zero ocupando ordem vazia. 3. Interpretação do princípio do valor posicional. 4. Valor absoluto e valor relativo. 5. Adição e subtração... 6. Multiplicação com multiplicador representado por 2 algarismos. 7. Divisão exata e inexata. 8. Leitura e escrita de quantias. 9. Resolução de situações problema da vida prática, envolvendo as dificuldades estudadas. 10. Identificação, leitura e escrita de numerais ordinais até 100. 11. Divisibilidade por 2, 3 e 5. 12. Decomposição em fatores primos.	IDEM 1. Interpretação, leitura, escrita e comparação de números até centena de milhar e mais. 2. 0 zero ocupando ordem vazia. 3. Interpretação do princípio do valor posicional. 4. Valor absoluto e valor relativo. 5. Adição e subtração com qualquer dificuldade. 6. Divisão com divisor representado por 2 algarismos. 7. Leitura e escrita de quantias 8. Adição, subtração, multiplicação e divisão, envolvendo quantias de acordo com as dificuldades estudadas. 9. identificação, leitura e escrita de numerais ordinais com qualquer dificuldade. 10. Divisibilidade por 10. 11. Mínimo múltiplo comum.
UN. II OBJETIVO: utilizar os números fracionários e números decimais em situações práticas	IDEM	IDEM	IDEM

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
1. Identificação de fração como forma de representar partes do inteiro 2. Reconhecimento de metade de inteiros. dúzia, dezenas, etc 3. Leitura e escrita de numerais fracionários (meios e quartos) empregando vocabulário e simbologia específica. 3. Equivalência entre meios e quartos através da representação gráfica. 4. Comparação entre meios e quartos. 5. Resolução de situações-problema envolvendo as dificuldades estudadas.	1. Identificação, leitura, escrita e representação gráfica de numerais fracionários com denominadores até 10, empregando vocabulário e simbologia específicos. 2. Identificação dos termos da fração e os seus significados. 3. Equivalência entre: meios, quartos e oitavos. 4. Equivalência entre terços e sextos. 5. Equivalência entre quintos e décimos. 6. Comparação de frações com o mesmo denominador 7. Adição e subtração de frações com o mesmo denominador. 8. Resolução de situações-problema, envolvendo as dificuldades acima.	1. Identificação, leitura e escrita de números fracionários. 2. Identificação de frações equivalentes. 3. Comparar frações com denominadores iguais e com numeradores iguais. 4. Frações decimais: identificação, leitura e escrita. 5. Diferença entre frações decimais e números decimais. 6. Transformação de números decimais em frações decimais e vice-versa. 7. Adição e subtração envolvendo números decimais. 8. Situações-problemas da vida prática, envolvendo números decimais (resolução).	1. identificação, leitura e escrita de frações próprias, impróprias, aparentes e números mistos. 2. Simplificação de frações. 3. Redução de frações ao mesmo denominador. 4. Comparar frações com denominadores diferentes. 5. Adição, subtração, multiplicação e divisão de fração com qualquer dificuldade. 6. Resolução de situações-problema envolvendo frações. 7. Adição, subtração, multiplicação e divisão de números decimais, envolvendo qualquer dificuldade. 8. Multiplicação e divisão de números decimais por 10, 100 e 1000, empregando o deslocamento da vírgula e/ou zero. 9. Resolução de situações-problema que envolvam números decimais. 10. Identificação da porcentagem como parte de um todo que possui 100 partes ou como uma fração de denominador 100. 11. Identificação, interpretação e aplicação da porcentagem às situações práticas do dia-a-dia.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN.III - MEDIDAS OBJETIVO: aplicar, em situações práticas, conhecimento relacionados à medidas. 1. Identificação dos diferentes instrumentos usados para as medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo e as situações onde são utilizadas essas medidas. 2. O uso do calendário identificando ano, mês e dia.	IDEM 1. Identificação da unidade, múltiplo e sub-múltiplo mais usados nas medidas de comprimento (Km, m e cm). 2. As medidas de tempo mais usadas: hora, minuto e segundo. 3. Resolução de situações-problema	IDEM 1. Identificação da unidade e múltiplo mais usado nas medidas de massa (Kg e g). 2. Idem para as medidas de capacidade (l e ml).	IDEM 1. Mudanças de unidade de comprimento, massa e capacidade. 2. Resolução de situações-problema que envolvam todas as medidas.
UN.IV - GEOMETRIA OBJETIVO: resolver problemas que envolvam perímetro e área de figuras geométricas	IDEM 1. Identificação das figuras geométricas planas.	IDEM 1. Identificação de retas verticais, horizontais, inclinadas, perpendiculares e paralelas. 2. Determinação do perímetro de figuras geométricas planas: quadrado, retângulo e triângulo. 3. Resolução de situações-problema.	IDEM 1. Determinação da área de figuras geométricas planas: quadrado, retângulo e triângulo. 2. Resolução de situações-problema.

ESTUDOS SOCIAIS

O enfoque dado a Estudos Sociais, na Fase II, está centrado no Brasil, nos seus aspectos físico, político e sócio-econômicos.

Cada brasileiro participa de uma mesma comunidade onde todos fazem a história, relacionam-se com a natureza, vivenciam seus direitos e deveres e estão ligados por meio da organização do governo, do trabalho e da religião, dentre outros.

Por isso, o estudo do programa de Estudos Sociais visa proporcionar oportunidade de reflexão sobre o que os homens fazem, porque fazem e como fazem, de compreensão da organização social e política do Brasil, dos seus valores morais e cívicos bem como de observação das diferentes paisagens e recursos naturais do país.

O levantamento dos Centros de Interesse e a discussão dos assuntos e temas a partir de fatos atuais, visam a uma análise e crítica dos acontecimentos diários, à compreensão do funcionamento sócio-econômico-político do país na atualidade e ao esforço para a redemocratização, enquanto resguarda os conteúdos programáticos inerentes à Fase.

ESTUDOS SOCIAIS

1. OBJETIVOS

1.1 - Gerais

- 1.1.1 - Desenvolver a autoconfiança, a solidariedade, responsabilidade e a criticidade individual e social.
- 1.1.2 - Desenvolver a capacidade de utilizar o conhecimento nas situações da vida prática.

1.2 - Das Unidades Programáticas

- 1.2.1 - Avaliar a importância dos grupos sociais para o homem, sua formação e os benefícios da vida comunitária.
- 1.2.2 - Estabelecer relações entre as características do DF e os modos de vida da população.
- 1.2.3 - Estabelecer relações entre as características geográficas e o desenvolvimento histórico, político, econômico e social do País.
- 1.2.4 - Vivenciar os direitos e deveres através do conhecimento da Organização Social e Política do País.
- 1.2.5 - Valorizar o trabalho como fator de crescimento e desenvolvimento pessoal.
- 1.2.6 - Vivenciar os direitos e deveres do trabalhador, através de uma participação ativa e consciente nos processos de produção.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN.I - O GRUPO SOCIAL E A CO MUNIDADE. OBJETIVO - Avaliar a importân cia dos grupos sociais para o homem, sua formação e os bene fícios da vida comunitária. Organização do Grupo Social: - Funções - Direitos e deveres dos par ticipantes. - A Comunidade(igreja, escola e família). - As relações humanas estabe lecidas no grupo social. - A cidade e o município. - O Estado, a Região e o País			
UN.II - O DISTRITO FEDERAL OBJETIVO - estabelecer rela ções entre as características do DF e o modo de vida da po pulação.	Localização: - Aspectos físicos, políticos, econômicos e humanos. - Organização social e políti ca. - Importância da transferên cia da capital do Brasil no governo JK.		
UN.III - BRASIL COLÔNIA, IM PÉRIO e REPÚBLICA. OBJETIVO - Estabelecer rela ções entre as características geográficas e o desenvolvimen to político, econômico e so cial do País.		Relações entre o descobrimento do Brasil e as grandes navega ções. Primeiro produto natural explo rado (pau-brasil). Produto responsável pelo iní cio do povoamento. Motivo da vinda do negro afri cano.	Importância da Independência do Brasil. Importância do café na econo mia a partir do Império. Principais características do Regime Republicano Brasileiro. Contribuição do imigrante na vida nacional.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
	-	Importância da Lei Áurea. Conquista e povoamento do interior. Importância da Conjuração Mineira. A Família Real e o desenvolvimento do país no Século XIX.	Principais medidas adotadas no governo de Getúlio Vargas. Características e medidas adotadas em outros governos. Regiões brasileiras: . aspectos físicos, econômicos e sociais. Importância da exportação dos principais produtos por regiões.
UN. IV - OBJETIVOS - vivenciar os direitos e deveres através do conhecimento da organização social e política do Brasil.	Símbolos Nacionais. Direitos e deveres do cidadão para com o Estado, Território e Federação.	Divisão Regional do Brasil. Aspectos políticos.	Divisão Política do Brasil. Organização social e política do Brasil atual.
UN. V - EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO OBJETIVO - valorizar o trabalho como fator de crescimento e desenvolvimento pessoal. Importância do trabalho para o desenvolvimento da comunidade. Importância da CTPS e do contrato para o empregado e o empregador. Benefícios da Previdência Social (assistência médica, diversos tipos de aposentadorias).	Responsabilidade do empregador e do empregado relativos à higiene e segurança do trabalho. Relações entre os tipos de emprego e as oportunidades de qualificação e aperfeiçoamento profissional existente no Distrito Federal.		

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
OBJETIVO - vivenciar os direitos e deveres do trabalhador através de uma participação ativa e consciente nos processos de produção. -Importância da qualificação e aperfeiçoamento profissional.	Deveres do trabalhador(assiduidade, aviso prévio, contribuição para a Previdência). Direitos e garantias do trabalhador assegurados pela CLT (salário-mínimo, férias, aviso prévio, FGTS, organização sindical, etc).		

ENFOQUE ÀS CIÊNCIAS

A interação entre as ciências e a experiência é fundamental para o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem. Esse processo deverá contar com a capacidade criativa dos professores, e respeito ao saber do aluno e a utilização de material que aproveite o saber popular e dele se impregne.

Os conteúdos a serem trabalhados devem ser, então, simples mas significativos para o aluno. A tarefa básica do professor será ajudar na sistematização de conhecimentos que o aluno já traz, compatibilizados a outros propedêuticos e necessários ao domínio do conhecimento.

Importante enfatizar que se deverá sempre partir da experiência do aluno e propor situações práticas em que seja estimulado a participar ativamente em sala de aula e a transpor o trabalho para a solução de situações com que se depara na vida.

Deve-se destacar, também, que, em Matemática, os processos mentais que o aluno utiliza para resolver problemas propostos devem ser mais valorizados que a realização correta dos cálculos. Em Ciências e Programa de Saúde o importante é que os conteúdos sirvam à iniciação do aluno no reconhecimento dos padrões de organização dos fenômenos naturais e relacione os referidos estágios aos conceitos culturais empíricos da sua vivência, começando, então, a desenvolver um posicionamento científico perante o mundo.

CIÊNCIAS/PROGRAMA DE SAÚDE

1. OBJETIVOS

1.1 - Geral

- 1.1.1. Desenvolver atitude científica com relação aos fatores físico-sócio-culturais do ambiente.

1.2 - Das Unidades Programáticas

- 1.2.1 - Utilizar os cuidados necessários com a alimentação para a preservação da saúde.
- 1.2.2 - Avaliar a importância dos animais e sua contribuição aos diversos setores da vida humana.
- 1.2.3 - Compreender o significado da preservação da natureza como fator de equilíbrio.
- 1.2.4 - Avaliar a importância do sol, da água e do ar para a preservação da vida humana.
- 1.2.5 - Estabelecer relações entre os órgãos do corpo humano e suas respectivas funções.
- 1.2.6 - Utilizar adequadamente os recursos provenientes do solo.

UN.1	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 3
	Objetivo - Utilizar os cuidados necessários com a alimentação para a preservação da saúde. Alimentação . Função .. energia .. pensar, lazer e trabalhar .. importância . Origem	Idem . Alimentos: . Origem - animal . trabalho na pecuária e industrialização -Vegetal . trabalho na agricultura, na agropecuária, horticultura.	Idem . Alimentação: seleção . qualidade alimentar . quantidade de alimentos - parte do salário disponível	Idem . Alimentação: .. funções .. energéticas .. plásticas .. reguladores
UN. 2	Animais Objetivo - avaliar a importância dos animais e sua contribuição aos diversos setores da vida humana. . Classes .. importância para o homem . Úteis e nocivos .. trabalho realizado pelos úteis.	Idem Animais: Preservação: . importância para espécies em extinção . Produtos derivados: .. alimentos para o homem .. trabalho de industrialização		
UN. 3	Objetivo - compreender o significado da preservação da natureza como fator de equilíbrio. . Vegetais: partes	Idem Vegetais: preservação; cuidados		

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
.. principais funções	dos essenciais e importância. Produtos derivados: . alimentação animal . importância	—	—
UN. 4 OBJETIVO - avaliar a importância do sol, da água e do ar para a preservação da vida humana. . Água .. potável características . Ar .. atmosfera - camada gasosa : A luz solar: .. efeitos: .. na fotossíntese .. importância ..no esqueleto	Idem . Água na natureza .. estados físicos .. utilização . Ar .. principais componentes .. oxigênio e gás carbônico	Idem . Água .. importância .. utilização . Ar .. poluição .. causas e consequências	Idem . Água .. ciclo da água .. importância
UN. 5 Objetivo - utilizar adequadamente os recursos provenientes do solo. . O solo - tipos de solo - conservação do solo adubação, irrigação e aeração	IDEM . O solo - preservação .. queimadas, erosão, etc	IDEM . O solo - agricultura - importância	IDEM . O solo - riquezas minerais .. petróleo, ferro, carvão, etc.

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
UN. 6 Objetivo - Estabelecer relações entre os órgãos do corpo humano e suas respectivas funções.		Idem. . O corpo humano - divisão - funções - o esqueleto	Idem. . O corpo humano - sistema nervoso - aparelho digestivo - aparelho circulatório - aparelho respiratório - aparelho excretor - aparelho reprodutor

ENFOQUE À EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

"A arte faz parte da vida. Através da arte, tanto criador como espectador têm a oportunidade de entender o fato, sentir o momento, perceber com todos os sentidos, sensibilizar-se, situar-se num meio (social, político, econômico e cultural), criar e recriar." (Miriam C.F.Martins). A arte visa ao desenvolvimento total do indivíduo, portanto, o relacionamento da arte e educação justifica-se plenamente.

A Educação Artística é elo entre a arte e educação e assim como a educação em geral, visa muito mais que a simples aquisição de conhecimentos. A Educação Artística é um meio que, à disposição do aluno, propicia-lhe um maior conhecimento de si mesmo, do seu mundo. As atividades desenvolvidas através das linguagens artísticas propiciam ainda o desenvolvimento da criatividade da auto-expressão, da participação responsável e da sociabilidade.

Considerando que o objetivo da Educação Artística não é o de "formar artistas" e nem de avaliar o produto final, como um fim em si mesmo, o que vai importar é o efeito do processo sobre o indivíduo, o seu grau de intervenção na forma como vai integrar-se ao seu espaço físico (rural e urbano numa permanente interação) e na capacidade de perceber, valorizar sua identidade cultural.

As sociedades estão em constantes mutações e é necessário que o homem esteja preparado e com flexibilidade, para adaptar-se, solucionar problemas e atuar criativamente. A criatividade, capacidade inerente a todo ser humano, nunca se mostrou tão necessária como em nossos dias. Em todas as áreas o fazer criativo é exercício para o desenvolvimento da criatividade. Porém, com a Educação Artística podemos estimulá-lo, liberando a expressão, usando movimentos, palavras, cores, formas e sons, dentro do exercício da arte.

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

1 - OBJETIVOS

1.1. Gerais

- 1.1.1 - Desenvolver o espírito crítico e criador.
- 1.1.2 - Desenvolver a livre expressão criadora, com vistas à auto-realização e ajustamentos ao mundo exterior.
- 1.1.3 - Vivenciar, de modo participativo, as várias formas de manifestações artísticas, como expressões dinâmicas do homem, num contexto físico-sócio-político-cultural.
- 1.1.4 - Valorizar as várias expressões artísticas, como produto de uma linguagem material, espiritual e renovadora.

1.2 - Das Unidades Programáticas

- 1.2.1 - Preservar as manifestações folclóricas considerando-se, inclusive, os diferentes aspectos e características regionais.
- 1.2.2 - Vivenciar as artes populares, considerando-se as experiências e características regionais.
- 1.2.3 - Identificar e interpretar, plástica, cênica e ou musicalmente, fatos e acontecimentos reais ou de ficção das histórias de cordel.
- 1.2.4 - Interpretar através das linguagens artísticas, provérbios, crenças, lendas, mitos, estórias e/ou acontecimentos reais ou de ficção.
- 1.2.5 - Apreciar criticamente a importância de autores populares brasileiros e suas obras.
- 1.2.6 - Interpretar e criticar mensagens transmitidas por filmes ou programas.
- 1.2.7 - Identificar, em Brasília, esculturas, construções arquitetônicas e seus autores.

UNIDADE	OBJETIVO DAS UNIDADES PROGRAMÁTICAS	CONTEÚDO/ATIVIDADE
I	1.2.1. Preservar as manifestações folclóricas considerando-se inclusive os diferentes aspectos e características regionais: . artesanato . literatura . provérbios . crendices . lendas e mitos . música, dança, ritmos populares . cozinha típica . adivinhar . jogos, brincadeiras 1.2.2. Vivenciar as artes populares considerando-se <u>ex</u>periências e características regionais. 1.2.3. Identificar e interpretar (plástica, cênica e/ou musicalmente) fatos e acontecimentos reais ou de ficção das histórias de Cordel.	. Folclore .. levantamento de informações .. seleção de materiais .. relatos verbais dos integrantes do grupo, quanto às suas vivências no grupo familiar e em suas regiões em grupo; .. estudo e discussão em grupo: .. apreciações plásticas e musicais; .. apreciações quanto às características regionais (a partir da própria). . Criação de peças artesanais, utilizando-se dos recursos do meio. . Criação livre e espontânea: desenhando, pintando, esculpindo, modelando e/ou entalhando. . Literatura de Cordel .. levantamento de informações; .. pesquisas e seleção de material .. estudo e discussão .. atividades plásticas, musicais e/ou cênicas, estimuladas pelas leituras.

UNIDADE	OBJETIVO DAS UNIDADES PROGRAMÁTICAS	CONTEÚDO/ATIVIDADE
II	1.2.4. Interpretar através das linguagens cênicas, literária e musical e/ou plástica, provérbios, crendices, lendas, mitos, estórias e/ou acontecimentos reais ou de ficção.	. levantamento e seleção de material; . estudo e discussão; . criação cênica, plástica e/ou musical;
	1.2.5. Apreciar criticamente a importância de autores populares brasileiros e suas obras.	. Música Popular Brasileira .. levantamento de informações; .. seleção de material; .. estudo e discussão; .. apreciação musical; .. audição, discussão crítica de programas e apresentações musicais; .. formação de possíveis conjuntos instrumentais, vocais e/ou dança.
III	1.2.6. Interpretar e criticar mensagens transmitidas por filmes ou programas assistidos.	. Arte na Comunicação .. assistência orientada a filmes e programas de rádio e televisão .. verbalização crítica e discussão sobre: tema e trilha sonora de filmes, novelas e programas de televisão. .. criação plástica, cênica, literária e/ou musical, a partir de filmes, novelas e programas de televisão.

UNIDADE	OBJETIVO DAS UNIDADES PROGRAMÁTICAS	CONTEÚDO/ATIVIDADE
IV	1.2.7. Identificar em Brasília, escultura, construções arquitetônicas e seus autores.	. Arquitetura e Escultura em Brasília .. levantamento de informações; .. pesquisa e seleção de material; .. estudo e discussão; .. relato verbal crítico das obras conhecidas; .. comparação crítica das formas existentes, em Brasília, com outras na História da Arte.

ENFOQUE À EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação, enquanto processo, pressupõe e exige a integração de todas as matérias no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Nesse sentido, a integração de Educação Física à demais Áreas se faz de modo a apresentar, em sua essência, um vasto campo de ação, no que concerne não só às atividades físicas, mas também às socializantes que possibilitam a formação integral e harmônica do indivíduo e subsidia em termos psicomotores, outras aprendizagens nesse, e nos campos cognitivos e afetivos e deles se beneficia, numa troca contínua de possibilidades.

No Ensino Supletivo, a função principal do componente curricular será a de acordar no aluno a percepção da importância e dos benefícios que a atividade física proporciona; sem estar ligado a uma avaliação coercitiva e/ou seletiva, o componente há que se desenvolver de modo a permitir, ou mesmo estimular, uma participação espontânea, incorporada ao prazer da prática da atividade física permanente.

Na prática, o componente estará voltado para os interesses, as necessidades e as características do aluno, sem perder de vista os recursos da escola e da comunidade e considerando, no processamento das programações, a cultura e os valores do homem em quanto lhe oportuniza uma maior integração social.

Vista como elemento consistente na Educação de Adultos, a ênfase estará deslocada da competição e do rendimento para aspectos que forneçam a expressão da iniciativa e da tomada de decisão; o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, apoiam a integração do indivíduo na sociedade de maneira ativa, criadora, participativa, cooperativa e consciente do seu papel como sujeito da ação transformadora da sociedade.

EDUCAÇÃO FÍSICA

1 - OBJETIVOS

1.1 - Gerais

- 1.1.1. Oportunizar o aprimoramento, melhoria e manutenção das condições físicas e estéticas do aluno.
- 1.1.2. Despertar o interesse pela prática esportiva e a consciência crítica, quanto aos valores éticos do desporto.

1.2 - Específicos

- 1.2.1. Aprimorar o indivíduo, física, moral, social psicologicamente.
- 1.2.2. Estimular as tendências de liderança e hábitos saudáveis para emprego útil do tempo de lazer.
- 1.2.3. Vivenciar diferentes esportes.
- 1.2.4. Compreender, planejar e resolver problemas que se apresentem no campo da formação e formação e da atividade física.
- 1.2.5. Valorizar as tradições culturais.
- 1.2.6. Integrar o aluno à comunidade.

2. DURAÇÃO

O ideal é que, enquanto houver vida escolar, o aluno participe das atividades desenvolvidas na área da Educação Física; na impossibilidade, apresentamos como sugestão: a duração de quatro semestres, para que o aluno possa participar de atividades variadas.

É diferente a posição em relação a um atleta. Este deve ser exaustivamente medido, pesado, comparado, exigindo-se dele, cada vez mais, esforço maior.

3. MÉTODO

Centros de Interesse, a partir de pesquisa participativa (saúde, educação, lazer, desporto).

A Educação Física é uma atividade essencialmente socializante, exigindo, em sua maior parte, o trabalho em grupo. Todavia há atividades que são individuais, como por exemplo: os saltos e os arremessos. Há ainda, possibilidade de exposições teóricas para as aulas sobre história da Educação Física, em geral, e das diversas modalidades esportivas, em particular.

A participação em competições internas da escola deve

ser o primeiro passo, pois abrange maior número de alunos-atletas, ativando o processo participativo dos demais alunos.

Numa segunda etapa, as competições passarão a ser dentro da comunidade (jogos contra clubes, associações, outras escolas, etc), abrindo-se a escola para o público em geral.

As competições programadas pela Fundação Educacional do Distrito Federal serão realizadas, sempre que possível, próximo a uma das escolas participantes, com o intuito de garantir a presença do público escolar e comunitário.

4. TÉCNICAS DIDÁTICAS

- 4.1 - Pesquisa
- 4.2 - Aula teórica (expositiva)
- 4.3 - Aula prática (demonstração, execução)
- 4.4 - Aula teórico-prática
- 4.5 - Observação
- 4.6 - Trabalho em grupo
- 4.7 - Debate

5. RECURSOS

- 5.1 - Humanos
 - . Professor orientador/avaliador
- 5.2 - Materiais
 - . Meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais, revistas, etc) e material específico.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ser elaborado conforme Centros de Interesses, a partir de pesquisa participativa, aproveitando experiências vivenciadas pelo aluno.

7. AVALIAÇÃO

Observação direta do professor sobre o aluno, quanto à participação nas atividades por ele próprio programadas. Auto-avaliação e dinâmica de grupo sob enfoque socializante, objetivando a avaliação recíproca. O progresso do aluno será anotado em ficha própria e será discutido com os demais a possibilidade de melhoria de rendimento.

A avaliação será ao longo do processo, observando-se os critérios de gradação de desempenho, esforço, espírito partici-

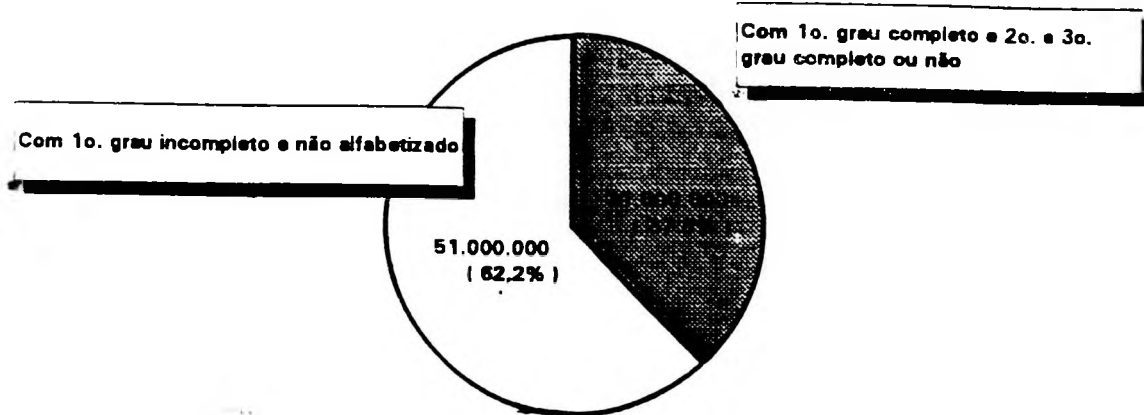
pativo, responsabilidade e sociabilidade.

A exemplo da Língua Portuguesa, que o brasileiro jamais deveria deixar de exercitar, desenvolvendo sempre o hábito de falar, ler e escrever, para melhor se comunicar, a Educação Física, quanto mais é praticada, possibilita que o homem se movimente e, com mais facilidade, execute um trabalho com menor esforço, vivendo melhor em mais tempo.

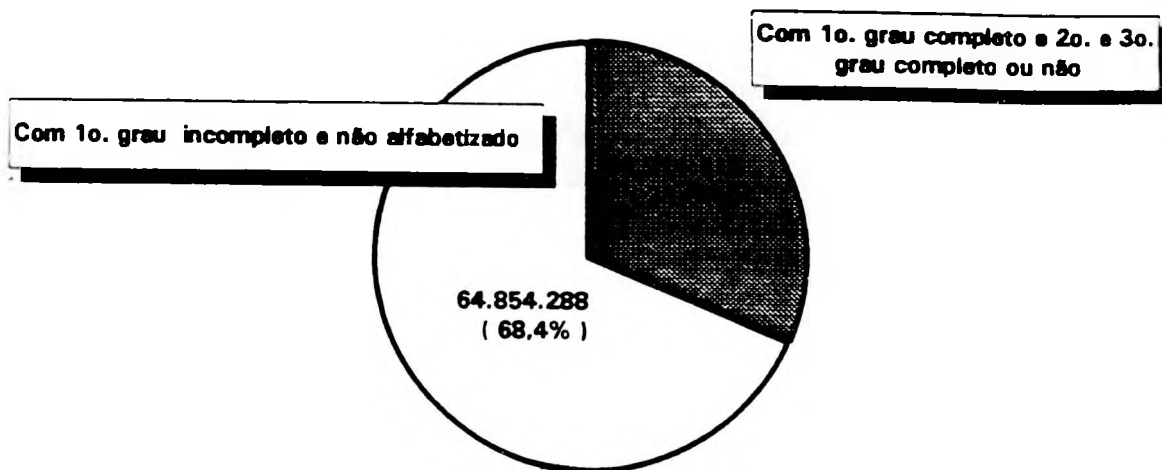
Assim sendo, não vemos real necessidade de avaliar, coercitiva ou seletivamente, alguém que, apenas executará alguns exercícios obrigatórios, para cumprir um programa. A idéia predominante é que, sendo adulto, o aluno se conscientizará dos benefícios que a Educação Física proporciona.

ELEITORES BRASIL

1989 - 82.000.000



1994 - 94.768.404



FONTE: TSE
ANGELIM, M.L.P.

- I Encontro Pró-Alfabetização de Ceilândia (26, 27/maio) Sobradinho(2,3/junho)
 Gama(17,18/novembro), Paranoá (24/novembro).
 Congresso Brasileiro de Alfabetização - Prefeitura de São Paulo(14-16/set).
 Representação junto à Comissão do DF no Senado Federal.
 Comissão Tripartite Pró-alfabetização do DF(UnB/FE.GTPA/DF,FEDF).
 Palestras Maria Dolores Ortiz-GTPA/DF,SINPRO/DF,ASSOC.CULT.CUBA.
 Publicação da Revista SimPró Educação.
 Plenária do GTPA/DF (16 dezembro).
- 1991-Criação do Fórum dos Movimentos Sociais pró-lei orgânica do DF.
 Apresentação de Sugestões à Comissão Temática da Lei Orgânica
 da Câmara Distrital (setembro).
 Convênio SAE- GDF/Secretaria do Trabalho.
- 1992-Elaboração e envio de Emenda Popular com mais de 2000 assinaturas
 com apoio de Deputados Distritais do PT,PC do B, PPS, PDT.
 II Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (05 de dezembro).
- 1993-Encontro sobre Educação e Lei Orgânica do DF na Ceilândia.
 Defesa e Acompanhamento da aprovação da Emenda popular.
 Promulgação da Lei Orgânica em 08 de junho - Art.225 e DT Art. 45.
 Divulgação da Lei orgânica nas Escolas Normais e nas comunidades.
 Participação na II Feira Latino-americana de Alfabetização RAAAB/CECUP
 julho- Salvador.
 PL-Projeto de Lei regulamenta o Art.225 Dep. Dist. Wasny Roure-PT.
- 1994-PL-Bolsa-auxilio para normalistas DT Art.45 - Dep.Dist. Lúcia Carvalho-PT .
 Proposta de Alfabetização do GTPA/DF para o governo 1995/1998.
 Mesa-redonda: Sindicalistas, Normalistas e juristas - cumprimento da Lei
 Orgânica (DT Art.45).
 I Encontro de Alfabetizados pelo CEPAFRE.
 III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno (03 de dezembro).
 Comissão decidida em plenária do III Encontro entrega Documento conclusivo
 de propostas para Alfabetização do Distrito Federal ao Secretário de
 Educação indicado Antonio Ibañez Ruiz pelo governador eleito Cristovam
 Buarque (05 de dezembro).
- 1995-Lei 849 de 08.03 - Criação do Programa Permanente de Alfabetização e
 Educação Básica de Jovens e Adultos.
 Criação do Fórum Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF
 e Entorno.
 I Encontro do referido Fórum - 26 e 27 de maio.

A N E X O

GTPA/DF 1989 - 1995 GRUPO DE TRABALHO PRÓ -ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

PRECEDENTES

- 1985-Direção eleita do Complexo Escolar de Ceilândia - Decisão da comunidade por Alfabetização de Jovens e Adultos pelo "método" Paulo Freire - Estágio de normalistas -Supervisão de mestrandos da UnB/FE
Apoio do NUTEL - produção VT- Educar é descobrir
Influência na Proposta Curricular aprovada pelo Conselho de Educação do DF como experiência piloto em Ceilândia,Paranoá e Vargem Bonita**
- 1986-Conflito político - Demissão de Diretores eleitos-Retirada do apoio da FEDF em Ceilândia -Apoio da FEDF ao Projeto Paranoá- Apoio Grupo de Jovens**
- 1987-Apoio da UnB/DEX, Fundação Rondon**
- 1988-Apoio UnB/DEX, Fund. Rondon, Fundação Educar (1.182 alfabetizados)**
- 1989-UnB-Projeto de Erradicação do Analfabetismo(União,Estados,Municípios)
Criação do CEPAFRE-Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia**

CONSTITUIÇÃO DO GTPA/DF 20.10.89

- Objetivo: instituir-se como espaço político organizado da sociedade civil, inicialmente do DF, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos,associações representativas,sindicatos,empresas,entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no DF e Entorno.**
- 1989-CNAIA/90 - Comissão Nacional do Ano Internacional de Alfabetização - Dec.97.219 de 21.11.88 GTPA/DF como membro observador**
- 1990-I Encontro Pró-Alfabetização do DF - UnB/ GTPA/DF(16-18 fev).
CPNAC-Comissão do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.
GTPA/DF membro efetivo.**

alfabetização de Jovens e Adultos nas escolas públicas municipais, sob a supervisão do SERPAJ/Pedregal e UnB/Decanato de Extensão/Faculdade de Educação.

Durante este período de 1989 a 1995 (maio) o GTPA/DF acumulou experiência significativa na ação conjunta PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF, ampliando para o ENTORNO e desenvolvendo diferentes parcerias entre órgãos públicos, sindicatos, universidade, organizações religiosas, organizações populares, Câmara Legislativa, empresas, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), embaixadas, grêmios estudantis, centros acadêmicos.

A realização do III Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno, em 3 de dezembro de 1994, foi marcada pelo clima de esperança do governo democrático e popular eleito, registrando-se a ampliação de pessoas e instituições interessadas. O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido pela então Universidade Católica de Brasília, iniciado no segundo semestre de 1993, com a aplicação do método Dom Bosco, abrange treze regiões administrativas do DF e duas cidades de Goiás com a participação de estudantes de 2o. grau e universitários, somando-se ao esforço organizado de outras organizações não governamentais presentes no GTPA/DF, que já alcançaram outros estados brasileiros. O Programa de Alfabetização do Banco do Brasil -BB Educar, iniciado com a contribuição do CEPAFRE, participante do GTPA/DF, já alcança significativo número de municípios de vários estados em nosso país.

Importante é registrar que a ação de Alfabetização de Jovens e Adultos do GDF, através da FEDF, iniciou-se em 1990 com a extinção da Fundação Educar (antigo MOBRAF), observando-se a experiência anterior localizada em Ceilândia (1985/86 Escola Normal) e no Paranoá (1986/87). O Projeto de Extensão Educacional formulado pela FEDF, em 1992, priorizou a parceria com a indústria de construção civil e alguns órgãos públicos.

Diante da nova conjuntura política marcada pelo Governo democrático e popular, estabelecidas novas relações entre GDF/S.E./FEDF/UEJA e sociedade civil, reconhecido o caráter do GTPA/DF e, tendo presente as PROPOSTAS aprovadas no III Encontro PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e a Lei 849 de 08.03.95 que cria o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, o **FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DF E ENTORNO** constitui o novo espaço de exercício das parcerias necessárias entre o governo e a sociedade civil organizada.

Todo este esforço de AÇÃO CONJUNTA apoia-se na compreensão das implicações estruturais da meta de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno, sabendo-se que o problema tem se agravado, não apenas pela falta de reposta da escola pública ao longo dos anos, mas sobretudo porque a recessão econômica, o desemprego, as mudanças constantes de moradia, o aumento de ocorrências de doenças e a falta de segurança pessoal (aumento da violência) tem EXPULSADO os alfabetizandos dos círculos de cultura (sala de aula).

Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Gama e Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em 1963. O golpe militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do "método" de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil em 1978. O Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAF criado pelo regime militar, em 1970, demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação a ação alfabetizadora.

Na transição democrática no Distrito Federal, desde 1985, quando em julho iniciou o primeiro Círculo de Cultura para Alfabetização de adultos na Escola Normal de Ceilândia - Complexo "A" da FEDF, como decisão da comunidade com a direção eleita (Prof. Erasto Fortes Mendonça), houve uma opção pelo chamado "método Paulo Freire", cuja orientação foi possível pela contribuição de mestrandos de educação da Faculdade de Educação da UnB.

Assumindo na prática o conceito de Paulo Freire - "EDUCAÇÃO É UM ATO ESSENCIALMENTE POLÍTICO", como era esperado, ao longo desses dez anos (1985/95) vêm-se aglutinando jovens estudantes e/ou trabalhadores (entre esses professores), muitos deles expressões de lideranças nas organizações populares, sindicais, acadêmicas, religiosas, movimentos estudantis com o objetivo de ALFABETIZAR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS no Distrito Federal e Entorno.

Fruto desse esforço de organização constituiu-se, em 20.10.89, o GTPA/DF (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal), que tem sido o espaço de reflexão dessa práxis educativa e de decisão e coordenação de ações, inicialmente como motivo do AIA/90 - Ano Internacional de Alfabetização - 1990.

Conforme Relatório sumário do GTPA/DF (anexo), muitas atividades já foram desenvolvidas a partir do I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF de 16 a 18 de fevereiro de 1990, que marcou o compromisso dos participantes de assumir suas conclusões, particularmente do EXERCÍCIO PRÁTICO da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Enfrentando as dificuldades conjunturais e compreendendo cada vez mais as raízes estruturais da alfabetização de jovens e adultos em nosso país, do Distrito Federal, em particular, os participantes do GTPA/DF contribuíram com propostas para elaboração da LEI ORGÂNICA DO DF, tanto na "apresentação de sugestões" para a Comissão Temática - Ordem social e Meio-ambiente (setembro/91), quanto nas duas emendas populares - substitutiva Art.236 e aditiva Título VIII Disposições Transitórias, apresentadas pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia - CEPAFRE, Centro Popular de Educação e Cultura - CPEC/Gama e SAE (julho/92).

Por influência do GTPA/DF desenvolveu-se uma experiência no Município de Luziânia (Goiás), a partir do SERPAJ-Serviço Paz e Justiça do Pedregal, que muito contribuiu para avanços nos compromissos da Câmara Legislativa e da Prefeitura Municipal, esta através da Secretaria Municipal de Educação implantou a

**ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Brasília, 26 e 27 /Maio/1995
Auditório da Faculdade de Tecnologia - UnB

Organização: GDF-SE/FEDF/UEJA - SEPPIS, GTPA/DF, UnB, OAB, UCB
Apoio: FE/UNB, MEB, ASEFE, AEC, SINPRO/DF, SAE

TEMA: RECUPERANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO DF.
"O caminho se faz a caminhar"

Maria Luiza Pereira Angelim
Professora da Faculdade de Educação
Universidade de Brasília

"Algumas das proibições como necessidade do pacto colonial:
Lei de 20.02.1690, proibindo o uso de outro sal que não fosse
o vindo de Portugal(as salinas brasileiras já eram conhecidas).
Carta Régia de 30.06.1766, proibindo em todo o Brasil o ofício de
ourives
Avará de 20.03.1720, proibindo letras impressas no Brasil
Carta Régia de 26.04.1730, proibindo correio por terra no Brasil
Alvará de 16.12.1794, proibindo o despacho de livros e papéis
para o Brasil
Aviso de 18.06.1800 ao capitão-general de Minas, repreendendo a
Câmara de Tamanduás por ter instituído uma aula de primeiras
letras.
O tupi, chamado de língua brasílica, foi proibido de ser falado
no Brasil, por proclamação do governo português, datada de
1727"(ver FREIRE, Ana M.A. Alfabetismo no Brasil: da ideologia
da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar
sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas,
Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os
Severinos. São Paulo, Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989.)

Construída como desafio, Brasília ergue-se no planalto central como a
nova capital do Brasil pelas mãos de milhares de trabalhadores brasileiros não
alfabetizados, procedentes na sua grande maioria do nordeste.

Desde 1962, a Universidade de Brasília, ousada como proposta univer-
sitária, esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e adultos no Distrito
Federal, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as atividades de formação e
supervisão dos Circulos de Cultura com a participação de estudantes e moradores do

não poderá abrir mão. Alguém que se formou na vida como analfabeto, ou subescolarizado e que tem construído seu próprio repertório de saberes. Ou seja: que educação e que aluno se desejam?

- a) Uma educação que reforce a condição de homem dependente, sem autonomia de pensamento, acrítico, ou que ajude a constituir sujeitos livres, com pensamento próprio; críticos?
- b) Cidadãos que interfiram, para mudar as relações injustas e desiguais da sociedade, ou conformados com o fato de alguns terem direitos a uma vida digna, enquanto a maioria, apenas sobrevive?
- c) Que considerem a sociedade construída, historicamente, segundo determinados interesses, e por isso alguns são beneficiados e outros não; ou que tenham uma visão fatalista, acreditando que é natural ser tudo dessa forma, e que não adianta fazer nada, porque nada vai mudar?

O projeto ainda deverá levar em conta, para a educação de jovens e adultos, a importância das Artes, da Estética, das Ciências e da Tecnologia, como saberes, como produção de vida e de conhecimentos, os quais vêm sendo, sistematicamente, expropriados das classes trabalhadoras. A democratização desses bens culturais, produzidos por todos ao longo da História, é também um direito das classes trabalhadoras, do mesmo modo que o acesso aos conteúdos e conhecimentos formais que a escola tem mediado.

cupação com a transformação, diremos que: para que a mudança aconteça e para que valha a pena que ela aconteça, é necessário, respectivamente, que se realize uma ação capaz de vivenciar uma concepção e que haja uma concepção teoricamente viável e eticamente justificada. Se não houver clareza na concepção é claro que não poderá haver uma ação coerente. Isto quer dizer, apenas, que é preciso trabalhar conscientemente na linha da compreensão e da adoção de um posicionamento conceptual para que haja transformação útil.

A metodologia da mudança, ao tempo em que exige do grupo a definição clara do tipo de mudança que intenta, requer que o grupo defina os fins. Isto quer dizer que ou se muda para algo que importa ou a mudança não tem importância alguma. Isso quer dizer, também, que a mudança pela mudança é algo inteiramente desprovido de sentido.

Pensar em projeto pedagógico para a educação de jovens e adultos, portanto, implica uma grande responsabilidade dos que fazem a escola, conscientes do movimento histórico que marcou, sempre de forma marginal, a trajetória dessa educação. Primeiro, reconhecer quem são os alunos que estão diante de si: o que são, o que pensam, o que fazem (seus trabalhos); que experiências anteriores têm da escola; que marcas de fracasso estão impressas em suas vidas; o que esperam dessa escola.

Em seguida, questionar os professores quanto à disposição, empenho, compromisso com o trabalho que devem realizar. Se se sentem seguros para isto, ou se temem a situação que é nova para muitos. Reconhecer as dificuldades postas pela não-formação para a área, e pensar formas de superar essa dificuldade.

A partir desse momento, é preciso que esses sujeitos se encontrem, para trocar e compartilhar o que sabem uns dos outros, o que são, o que querem, o que podem. E aonde querem chegar, juntos.

A construção de um projeto pedagógico que tenha no seu horizonte a vontade de seus atores sociais — professores e alunos — não pode ser algo pronto e acabado, *a priori*, porque implica ser único, cada vez que se depara com novos atores, em novos contextos. Por isso fala-se em construção, como algo que está em movimento constante, num fazer diário e incansável.

Nesse encontro dos atores, uma primeira providência será definir as finalidades da educação que se quer, em função do aluno-sujeito que se deseja formar e da sociedade na qual ele atua. Educação que considera o fato de ser ele alguém que viveu a experiência da escola e dela se afastou por diversos motivos: até pelas responsabilidades da vida adulta, especialmente no trabalho, do qual

trão, para não chegar atrasado, para comer, para trabalhar, para decidir. Nessa luta do dia-a-dia desenvolve, por exemplo, uma série de raciocínios matemáticos (comparar, categorizar, agrupar). Ao mesmo tempo, vão fazendo suas leituras de mundo, que é uma forma de compreendê-lo — ainda que parcialmente.

Mais que a idade cronológica, o desenvolvimento do sujeito no mundo adulto está ligado às responsabilidades que assume nesse mundo. E, como sabemos, ela está muito ditada pelo trabalho, no qual os jovens — e muitas vezes até mesmo as crianças — estão inseridos.

Falar do adulto, como também do jovem — é entendê-lo na sua condição de classe, visto pela ótica da classe social à qual pertence. Nesse pertencimento, estão colocadas as formas pelas quais participa da sociedade, mais do que a sua idade e o seu nível de escolaridade.

A participação deixa de ser aquela em que o aluno se porta como o que não sabe, para se fazer como a que põe em confronto saberes diferentes, onde todos sabem alguma coisa, e se apresentam com a disposição de superar o que sabiam até então.

As relações da escola, sustentadas pela concepção de que só o professor sabe, e que por isso mesmo só a ele é dado o direito à palavra não mais fazem parte do modo como estamos discutindo a escola para jovens e adultos.

Isto não significa, no entanto, dizer que o professor deverá abrir mão de sua competência técnica e da prática pedagógica que servem de base para a sua reflexão. Ao contrário, elas são indispensáveis para conformar em projeto pedagógico consistente, que não abra mão do papel político e social que a escola deve cumprir.

O importante é pensar — em que tipo de mudanças estamos empenhados. Se observarmos bem, existe um nível de mudança que é transformador; mesmo quando se tentam transformações parciais e tecnológicas não se perdem de vista as mudanças que, ao fim interessam. Deste modo, enquanto não se alcançam as transformações sociais necessárias, pelo menos não se deteriora mais a situação.

Noutra perspectiva, diríamos que há uma mudança encerrada na técnica, própria das pessoas que conscientemente pretendem manter a situação social intacta porque disto tiram proveito ou que, de algum modo inconsciente, julgam ser seu dever apenas a dimensão técnica; e que há outra mudança aberta, para a qual a mudança técnica está em função da transformação social.

Chegamos, assim, ao problema de uma metodologia: ter uma ação condizente com uma concepção ou vice-versa. Como nós temos preo

ou por melhores condições de vida, mas na construção de resistência que envolvem, sobretudo, a concepção da educação popular. A população, ao participar de forma direta na construção da cidadania, tem realizado um importante papel para o estabelecimento de uma nova ordem econômica.

É impossível não reconhecer a importância desses movimentos e como eles jogam decisivo papel para articular políticas de atendimento.

Discutir atualmente a alfabetização de jovens e adultos significa responder se ela os vem atendendo nas necessidades de leitura e escrita, frente às exigências do mundo moderno; e sem deixar, ainda, de ignorar o avanço do conhecimento produzido na área da leitura e da produção escrita.

Para o professor Paulo Freire, referência fundamental para a educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo, pela relevância de suas idéias, essas necessidades estão ligadas ao conhecimento das razões de ser dos fatos e fenômenos da realidade social. Assim, "a leitura do mundo precede a leitura das palavras".

Para ele, o conhecimento do adulto não deve se esgotar no próprio conhecimento da realidade. O povo sabe que alguns saberes são mais valorizados socialmente que outros. Os alunos procuram os cursos de jovens e adultos porque esperam aprender uma nova forma de ler o mundo.

É preciso, pois, defender e assegurar o direito que toda pessoa tem de aprender. Conseqüentemente, uma dívida social a ser resgatada é a escolarização incompleta, ou jamais iniciada. Por outro lado, a alfabetização é incontestável necessária, enquanto construção de uma compreensão mais eficaz da realidade e que possibilita mudanças sociais.

Ler e escrever significam, agora, fornecer os instrumentos para compreender melhor a realidade e poder interferir nessa mesma realidade.

Pensar, especificamente a educação de jovens e adultos é imaginar uma escola que responda, por exemplo, às necessidades de leitura e escrita exigidas pelo mundo moderno — a comunicação na forma impressa (jornais, livros e revistas) ou mesmo a de outros meios (televisão, rádio, música, terminais bancários, etc) e, para atender a essas exigências não basta ser alfabetizado. É preciso ser leitor.

Além do mais é preciso construir saber, para sobreviver a tantas dificuldades, para comprar, para não ser enganado pelo pa-

FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO
DISTRITO FEDERAL, 26-27/maio/95

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PONTOS PARA REFLEXÃO

A história da educação de jovens e adultos - de modo geral, a da Educação esteve sempre ligada aos interesses econômicos que, mais que todos os outros interesses, determinam a vida dos países e a das pessoas, especialmente a das mais pobres. A maioria das ações se deu pensando em como ter ou não ter escolaridade, ser ou não ser analfabeto; ter ou não ter analfabetismo poderia afetar a riqueza acumulada pelos que detêm o capital, especialmente considerando o seguinte: se foram analfabetas até ali, por que se ocupam deles agora?

A necessidade de instrução não tem sido negada, o que é bastante diferente de assegurar o direito à educação. Isto vai além do direito à escola, pois passa pelo entendimento de que todos os homens são educados, na prática social, em diferentes instâncias onde essa prática se realiza. Mas, como imaginar que se assegure a perspectiva da educação e não, do ensino, de muito mais fácil controle, se a sociedade não reconhece tudo o que é produzido nas diferentes práticas sociais? Consideram essas práticas e esses saberes de má qualidade, já que são produzidos, geralmente, por "pessoas inferiores".

Essas resistências e a compreensão de que as classes populares têm de que precisam da escola para si e para seus filhos, como forma de dar legitimidade ao saber, fizeram com que muitas conquistas fossem sendo garantidas no direito à escolarização, na democratização do acesso e, mais recentemente, na luta pela escola de qualidade.

É preciso se ter clareza, de que a história da educação de jovens e adultos não se faz, apenas, a partir do Estado, ou seja, do que o poder político entende que deve ser a educação para esse segmento social. Ela se faz na tensão que forças da sociedade organizada criam em experiências significativas que questionam e pressionam o Estado a estabelecer alguma resposta no conjunto dos direitos do cidadão.

O papel dos movimentos sociais nessa história tem sido de grande significado: não apenas nas histórias das lutas pela saúde

Entretanto, poderá ocorrer a necessidade de despesas com transportes de alfabetizadores e/ou supervisores, cuja solução poderão ser financeira ou doação em espécie a ser discutida intersecretarias de governo.

Avaliação

Consolidação da coordenação gerencial pela FEDF com a devida avaliação pelas diferentes parcerias envolvidas.

- . Aquisição de equipamentos e materiais
 - dotações orçamentárias próprias
 - via convênios ou outros instrumentos legais, objetivando baixo custo e custo justo
 - doações de pessoas físicas ou jurídicas
- . Material Didático
 - verificar qual a isenção que as papelarias terão, se derem cadernos e outros materiais didáticos aos educandos.

Treinamento

Atualmente, a rede pública oficial de ensino do DF se encontra com carência de professores qualificados em educação de jovens e adultos (1º grau), além da ausência de infraestrutura tecnológica do Sistema Educacional do DF, que permita a viabilização de um treinamento utilizando a estratégia de ensino à distância e continuado, no momento.

Entretanto, é necessário um treinamento emergencial, de imediato, tanto aos professores alfabetizadores de jovens e adultos da FEDF, quanto aos monitores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes ao projeto.

Essas ações serão desencadeadas, inicialmente, a partir de três pólos formadores:

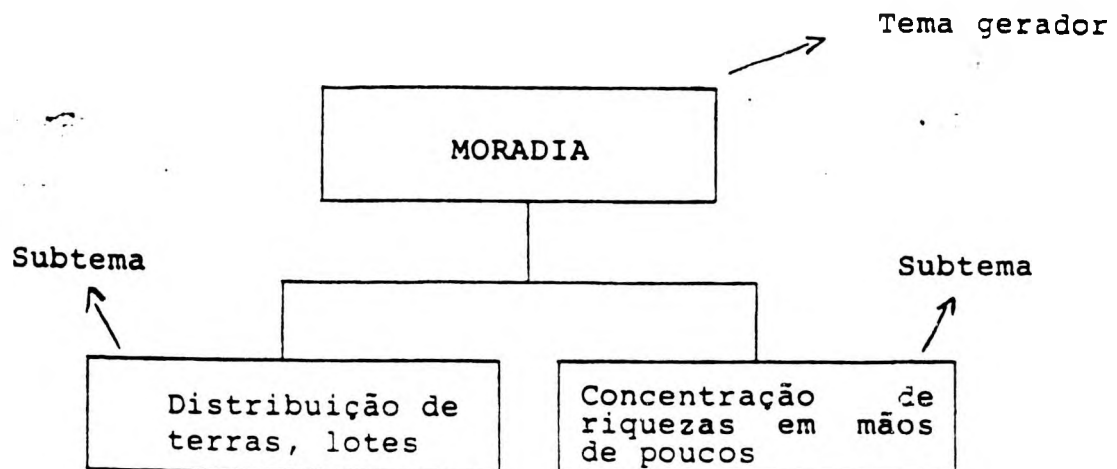
- . Ceilândia, atingindo Taguatinga, Samambaia e Brasília.
- . Paranoá
- . Gama, atingindo Santa Maria e Recanto das Emas, considerando o caráter progressivo e o acúmulo de experiências consolidadas nessas regiões que garanta a efetividade desses treinamentos no processo de alfabetização pelo método Paulo Freire.

Estratégias

1 - Reuniões com diretores das DREs, coordenadores das SCPs e Administradores Regionais, para discussão do Programa Permanente de Alfabetização Básica para Jovens e Adultos no Distrito Federal e desencadeamento das ações.

2 - Organização das turmas de alfabetização obedecendo o critério de proximidade residencial do alfabetizando, alfabetizadores e supervisores tanto para garantir a segurança pessoal, principalmente à noite, como por economia de custo de deslocamento.

A opção pelo desenvolvimento dos conteúdos escolares a partir de temas gerados reflete uma relação a ser estabelecida entre o currículo da escola e a realidade da comunidade local.



Conforme já vimos anteriormente, a realidade é por si só interdisciplinar.

Nossa opção ao desenvolver uma prática pedagógica através da interdisciplinaridade visa a possibilitar a compreensão da realidade, da natureza, das relações sociais, enfim, da vida como ela realmente é.

A fragmentação do conhecimento em compartimentos, disciplinas estanques, como muitas vezes é praticada nesta etapa de aprendizagem, dificulta ou impossibilita a compreensão do universo. É uma prática que gera alienação na medida em que dificulta a compreensão pelo educando, de sua realidade, o que também fragiliza o seu potencial transformador.

Custos

. Como vai se remunerar quem não pertence ao quadro da FEDF?

- modalidades de pagamento a pessoas físicas (bolsas, contratos e outros) - há necessidade de um estudo jurídico (SE) para se conhecer a sistemática de repasse: se por convênio ou acerto direto feito através de licitação;

- contribuições, doações recursos advindos de convênios e financiamentos de organismos nacionais e internacionais de cooperação.

- doações de pessoas físicas ou jurídicas.

2. Infra-estrutura (escolas, hospitais, abastecimento, comércio, indústria, saneamento básico, tipos de moradia e possíveis con tradições, outros equipamentos públicos, igrejas, etc);
3. Problemas e dificuldades existentes no bairro (segurança, saú-
de, habitação, meio ambiente, lixo, buraco na rua, saneamento
básico, etc);
4. Movimentos sociais e potencial cultural (levantamento e análi-
se dos movimentos organizados do bairro como Sociedades Amigos,
de moradia, ecologia, saúde, transporte, segurança, etc; canto-
res, tocadores de instrumentos, cartomantes, repentistas, es-
portistas, etc).

Tema gerador

Após o levantamento de dados da realidade local, sele-
cionam-se as situações significativas para a comunidade e levan-
tam-se os temas geradores, ou seja, assuntos a serem desenvolvi-
dos no trabalho educativo.

Esses temas gerarão novos temas e, dessa maneira, vai
sendo construído um plano de trabalho. Neste processo, os diferen-
tes acúmulos de conhecimentos, dos educandos, educadores, comuni-
dade e os demais conhecimentos historicamente acumulados são le-
vados em consideração e, numa relação dialética entre si, são cons-
truídos novos conhecimentos.

Dessa forma, uma das questões que se pretende evitar é
o desenvolvimento dos conteúdos escolares de forma linear, plane-
jados sem a participação dos alunos, e sem levar em consideração
a realidade do educando, suas necessidades e as da comunidade onde
vive.

O tema gerador deve expressar a realidade vivida pelos
educandos, permitindo um processo ordenado de teorização, que se
alcança pelo desenvolvimento dos subtemas ou eixos temáticos.

Um mesmo tema pode ser desenvolvido de formas diferen-
tes, a partir dos vários interesses, de acordo com o grupo. É
através dos subtemas que abordamos os aspectos importantes de um
tema para uma determinada comunidade.

Um outro aspecto significativo é que o tema gerador será
abordado pelas diferentes áreas do conhecimento, cada uma com suas
especificidades, superando a fragmentação do saber, permitindo uma
compreensão da realidade, tal qual ela se apresenta.

A FEDF implementará o método Paulo Freire para alfabetizar os servidores do GDF e comunidades distritais, método esse, que vem sendo utilizado em alfabetização, no Distrito Federal por segmentos da sociedade civil, com bastante êxito, dada a sua coerência entre concepção e ação no ato de educar, que por ser um ato político e um ato de conhecimento, é também um ato criador.

Para Paulo Freire, a alfabetização se realiza pelo processo de observação, de descoberta e dos temas geradores, por meio de uma estratégia que articula os conteúdos, ações e etapas deste processo em uma perspectiva transformadora, a partir da realidade do educando, que é por si só interdisciplinar. A natureza, as relações sociais, os diálogos no cotidiano das pessoas, enfim, a própria vida é interdisciplinar.

Procedimentos Metodológicos

a) busca de informações e coleta de dados

Esse processo de levantamento de dados, fatos e percepções será realizado por meio de pesquisa participante, que tem por base a integração dos pesquisadores (no caso, educadores e educandos) na comunidade estudada.

A pesquisa participante propõe mobilização de grupos e organizações para transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que redundem em benefício coletivo.

Neste sentido, procura aprimorar o processo de produção coletiva de conhecimento, classificando e ordenando informações a fim de determinar as causas e consequências dos problemas, bem como as possibilidades de solução.

A busca de informações e a coleta de dados a partir da realidade do educando são pontos significativos para o desenvolvimento do processo educativo.

Alguns elementos para busca de informações e coleta de dados

Pesquisa: Dados e informações:

1. Caracterização dos entrevistados (idade, sexo, tempo de moradia, profissão, morador em casa própria, alugada ou favela, grau de estudo escolar, etc...);

Caberá à Sociedade Civil:

- a) Selecionar monitores para a ação alfabetizadora em conjunto com as Administrações Regionais e DREs.
- b) Elaborar projetos para captação de recursos financeiros junto a Empresas Públicas e Privadas, Embaixadas, MEB, ONE's e outros.
- c) Ação junto ao poder legislativo para aprovação dos Projetos de Lei em tramitação, sobretudo para garantia de recursos orçamentários.

Objetivo Geral:

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho.

Objetivos específicos: (Art. 2º da Lei que dispõe sobre a Criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no D.F.).

- criar as condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;
- promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso ou foram excluídos da escola;
- garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

Metodologia

De acordo com a Lei que dispõe sobre a criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no âmbito do DF, em seu Art. 4º (ver em anexo)

Caberá a FEDF:

- a) a coordenação gerencial para formular estratégias de ações e identificar disponibilidades e necessidades de recursos humanos, físicos, tecnológicos, materiais e financeiros para o período 1996/1998, articulando:
- ..em âmbito governamental:
 - Administrações Regionais
 - SE/FEDF/DRES/Direção de Unidades Escolares
 - SEPPIS
 - SEA/IDR/DECAP
 - S.Cultura
 - S.Comunicação Social
 - . com a Sociedade Civil Organizada:
 - GTPA/DF - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do D.F (potencial de 40 entidades)
 - . com Instituições de Ensino Superior:
 - UnB/Faculdade de Educação (convênio vigente), Universidade Católica e demais do DF - no que diz respeito à pesquisa e formação de alfabetizadores.
- b) Formulação de Projeto e Subprojetos para captação de recursos financeiros, junto aos órgãos governamentais, não governamentais e organismos internacionais.
- c) Estudo de custos e possibilidades jurídicas que permitam modalidades de pagamento a pessoas físicas (bolsas, contratos e outros) e aquisição de equipamentos e materiais, via convênios ou outros instrumentos legais, objetivando baixo custo e custo justo.
- d) Ação junto ao Poder Legislativo para aprovação dos Projetos de Lei em tramitação, sobretudo para garantia de recursos orçamentários.

FÓRUM PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA PARA
JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL
DISTRITO FEDERAL 26-27/maio/95

META: erradicação do analfabetismo no D.F.

Apresentação:

Considerando a urgência de cumprimento da L.O. Art. 45 inciso IV Das Disposições Transitórias - alfabetização dos servidores públicos do GDF, sabendo-se que a maioria dos servidores não alfabetizados estão lotados na FEDF, FHDF, SLU, FSS, NOVACAP e, em menor número, nos demais órgãos, esse projeto se constitui numa proposta de educação de jovens e adultos trabalhadores, voltada para suas reais necessidades, não se reduzindo, portanto, a uma reposição de escolaridade perdida.

Não se trata de Campanha, e sim, de uma mobilização e ampliação das forças organizadas da sociedade, aproveitando a experiência acumulada dos movimentos populares e sindicais no DF, inclusive no uso dos meios de comunicação, de modo que se garanta a efetividade do processo de alfabetização nos princípios pedagógicos da educação libertadora, que se baseia nas diretrizes gerais do programa do Governo Democrático Popular:

- realização da cidadania plena a partir de atuação na comunidade;
- sobrevivência auto-sustentável na luta contra o desemprego e o subemprego;
- exercício cotidiano de cooperação, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas para a coletividade;
- respeito ao desenvolvimento integral, propiciando ao jovem e adulto, uma formação plena de valores humanitários para atuação na sociedade em uma perspectiva transformadora.

A alfabetização de jovens e adultos se fará pela ação conjunta governo e sociedade civil organizada, gerenciada pelo governo a partir da FEDF em parceria com o GTPA/DF, com base na escola pública.

Art. 7º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos será custeado por:

I - dotações orçamentárias próprias;
II - contribuições, doações e recursos advindos de convênios e financiamentos de organismos nacionais e internacionais de cooperação;

III - doações de pessoas físicas ou jurídicas;

IV - demais receitas percebidas a qualquer título.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados de sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de março de 1995.
107º da República e 35º de Brasília.

CRISTOVAM BUARQUE

III - estímulo à capacitação dos professores e instrutores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos projetos;

IV - divulgação ampla do programa, utilizando os meios de comunicação disponíveis;

V - geração, difusão e aprimoramento de metodologias de ensino centradas na prática social e na sistematização das experiências do aluno.

Art. 4º - Para a consecução dos objetivos do programa a Fundação Educacional do Distrito Federal fica autorizada a celebrar convênios de cooperação técnica-financeira:

I - com universidades públicas e organizações não governamentais para assessoria pedagógica a seus núcleos de alfabetização, incluindo:

a) oferta de cursos de formação de alfabetizadores;
b) elaboração de material didático adequado à alfabetização e educação básica de jovens e adultos;

c) reciclagem de professores que atuam no ensino fundamental, na alfabetização e na educação básica de jovens e adultos;

d) realização de projetos de pesquisas voltados para a solução dos problemas ligados à alfabetização e à universalização do ensino fundamental;

II - com entidades da sociedade civil e grupos comunitários que desenvolvam ou pretendam desenvolver experiências de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, visando apoio financeiro, material e pedagógico;

III - com instituições públicas e privadas para cessão de espaços físicos destinados à viabilização de projetos de alfabetização e educação básica de jovens e adultos.

Art. 5º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos será implementado preferencialmente em instalações da rede pública de ensino do Distrito Federal, cabendo às unidades escolares públicas a obrigatoriedade de ação na sua área de influência.

Art. 6º - O Poder Público criará mecanismos institucionais capazes de incentivar a participação de empresas públicas e privadas no combate à analfabetismo e na promoção da educação básica de jovens e adultos.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 849

DE 08 DE março

DE 1995

Dispõe sobre a criação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e adultos no âmbito do DF e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos tem por objetivos:

I - criar as condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;

II - promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso ou foram excluídos da escola;

III - garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

Art. 3º - O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos será coordenado e implementado pela Secretaria de Educação, através da Fundação Educacional do Distrito Federal, mediante:

I - formulação de políticas e projetos específicos e o estabelecimento de normas operacionais;

II - envolvimento dos movimentos sociais organizados, entidades não governamentais e instituições de estudo e pesquisa que desenvolvam atividades de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, na formulação e execução das políticas e projetos previstos no Inciso I;

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - 08.06.92

Art. 225. O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45 Para a erradicação do analfabetismo, em cumprimento ao que dispõe o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 352 desta Lei Orgânica, o Poder Público do Distrito Federal:

I - destinará, nos cursos de formação de magistério para o ensino fundamental, mínimo de trinta por cento da carga horária do estágio supervisionado para monitoria a turmas de alfabetização de jovens e adultos, reconhecida sua validade curricular;

II - reconhecerá como aproveitamento de estudos atividades de alunos do ensino médio que participem de programa de alfabetização de jovens e adultos;

III - promoverá por intermédio da Secretaria de Educação do Distrito Federal, com a colaboração de instituições públicas e entidades civis:

a) a oferta intensiva de cursos de formação de alfabetizados de jovens e adultos;

b) a reciclagem de professores que atuam no ensino fundamental e em alfabetização de jovens e adultos;

c) a elaboração de material didático adequado ao ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos;

d) a realização de projetos de pesquisa voltados para a solução de problemas ligados a alfabetização de jovens e adultos

IV - envidará todos os esforços para erradicar o analfabetismo entre os servidores públicos do Distrito Federal no prazo de dois anos, incluindo a destinação de duas horas de sua jornada de trabalho para esse fim sem prejuízo dos direitos e garantias estatutárias;

V - assegurará que, durante o período estipulado para erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, os meios de comunicação social pertencentes ao Distrito Federal veiculem anúncios, mensagens e avisos diários de apoio a alfabetização de jovens e adultos bem como destinem trinta minutos por semana para emissão de programa com o mesmo fim.

LEGISLAÇÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - BRASIL E DISTRITO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 05.10.88

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Parágrafo único. Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional.

Igreja Cristã de Brasília

Movimento de Educação de Base - MEB DF

Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade - NEPETI UnB

Programa BB Educar

Projeto Criança - Ceilândia

Serviço Paz e Justiça - SERPAJ/Pedregal-GO

**ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO III ENCONTRO
PRO-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO
E SIGNATÁRIAS DE SUAS RESOLUÇÕES**

Ação Cristã Pro-Gente - Ceilândia
Assembleia Legislativa do Distrito Federal
Assessoria Para Assuntos da Terceira Idade - AETI GDF
Associação de Moradores do Parque São Bernardo - Luziânia GO
Casa da Cultura da América Latina - DEX UnB
Centro Acadêmico do Curso de Pedagogia da UnB
Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP Paranoá
Centro de Educação Paulo Freire - CEP.AFRE Ceilândia
Centro de Educação Popular de Samambaia - CEPS Samambaia
Centro Popular de Educação e Cultura - CPEC Gama
Comunidade Kolping - Paranoá
Decanato de Extensão da UnB
Diretório Central de Estudantes - DCE UnB
Faculdade de Educação da UnB
Faculdades Integradas da Católica de Brasília
Federação das Mulheres do DF
Fundação Bradesco - Ceilândia
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP
Fundação Educacional do Distrito Federal
Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF

ALFABETIZADORES: Alunos do 2º grau da rede pública (até 10.000) e outras pessoas interessadas que cumpram os pressupostos e critérios necessários para tal.

RECURSOS: 150.000 UPDF em 4 anos

FONTES: GDF-Orçamento; Banco de Brasília - BRB; Fundação Banco do Brasil; Empresas; Associações; Entidades estrangeiras

OPERACIONALIZAÇÃO DAS METAS

Dados disponíveis:

Total de não alfabetizados com mais de 15 anos

IBGE-PNAD 1986 - 97.000

Estimativa 1994 - 150.000 (ser verificado com dados do TRE 94)

Escolas Públicas: 513 (1994 incluindo 14 CAICs)

Total de alunos nas escolas públicas - 451.675 (19/04/93)

Total de alunos de 2º grau nas escolas públicas - 46.000 (1991)

Supletivo:

Fase I - 3.382

Fase II - 12.685

Proposta:

1 aluno/alfabetizador = 15 alfabetizados = 1 UPDF/mês = 6 UPDF/semestre

ANO	ALFABETIZADORES ANO SEMESTRE		ALFABETIZADOS	UPDF/ANO
1995	1.000	500	15.000	12.000
1996	2.000	1.000	30.000	24.000
1997	3.000	1.500	45.000	36.000
1998	4.000	2.000	60.000	48.000
TOTAL	10.000		150.000	120.000

CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES através de curso à distância com a participação da FEDF, Instituições de Ensino Superior, BB Educar e ONGs locais e também através de processos formativos como cursos, palestras, seminários, encontros etc. que proporcionam a relação direta alfabetizando/alfabetizadores.

Fornecimento de óculos e materiais: 30.000 UPDF (Oficina Granja do Torto)

PROPOSTA DE CONTINUIDADE DA FASE II - SUPLETIVO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF com unidocência

Documento 1

III ENCONTRO PRO-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

MOVIMENTO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF ou PROGRAMA PERMANENTE PRO-ALFABETIZAÇÃO DO DF

PROPOSTA PRO-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO PARA O GDF de 1995 a 1998, elaborada como resultado de uma experiência acumulada de 9 anos, com base no II Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno, na Lei Orgânica (08.06.93) e atualizada à conjuntura do próximo governo do DF (reunião de 24.05.94)

PRECEDENTES:

- 1985 - Experiência na Escola Normal de Ceilândia - Complexo Escolar A
- 1989 - Constituição do GTPA/DF
- 1990 - I Encontro Pró-Alfabetização do DF
- 1992 - II Encontro Pró-Alfabetização do DF e Entorno
- 1993 - Lei Orgânica - 08 de junho - Emendas populares Art. 225 e D. T. Art. 45
- 1993 - PL regulamenta Art. 225 - Programa Permanente - Dep. Wasny de Roura
- 1994 - PL incentivo para normalistas da rede pública - Dep. Lúcia Carvalho
- 1994 - III Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno

PROPOSTA 1995 - 1998

METAS:

1. Erradicar o analfabetismo em 4 anos, cumprindo a Constituição Federal (D. T. Art. 60) e Lei Orgânica (Art. 225 e D. T. Art. 45)
150.000 não alfabetizados com mais de 15 anos (estimativa a ser verificada com dados do TRE/94).
2. Apoiar e ampliar o potencial já demonstrado pelas instituições e entidades da sociedade civil do DF.

PROGRAMA PERMANENTE DE AÇÃO CONJUNTA GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL

GERÊNCIA: FEDF - Coordenadoria central e setoriais (DRE)

Comitê setorial: GTPA/DF

Apoio: Universidade de Brasília e demais Instituições de Ensino Superior do DF

Base: Escola Pública (art. 225), podendo ser ampliada às escolas privadas, desde que não implique em encargos financeiros para o programa - Função do Diretor Conselho

Parceria: movimentos sociais, entidades religiosas, empresas

f) reconhecer a participação do GTPA/DF, enquanto espaço público de articulação e formulação de iniciativas pró-alfabetização que reúne entidades, instituições e pessoas interessadas na erradicação do analfabetismo, como interlocutor e mediador junto ao Governo do Distrito Federal, para questões referentes à alfabetização.;

4. incrementar melhorias no sistema de ensino fundamental quanto ao conteúdo programático, prática pedagógica e condições ao alunado com vistas à resolução de problemas que tem levado à evasão e contribuído para a continuidade do analfabetismo;
5. analisar medidas para revisão da prática pedagógica a cargo de órgão competente da Secretaria de Educação do Distrito Federal;
6. realizar publicação periódica de boletins avaliativos das ações decorrentes do programa de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, fundamentado nos artigos 225 da Lei Orgânica e 45 das Disposições Transitórias do mesmo diploma legal;
7. assegurar, como política de governo, a disponibilidade de salas de aula da Rede Pública de Ensino, bem como de toda infra-estrutura atinente, inclusive no que se refere à segurança e equipamentos, para dar suporte às atividades do Programa Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos;
8. incrementar mudanças no atual sistema de ensino supletivo objetivando adequá-lo às necessidades e condições reais dos jovens e adultos do distrito Federal, permitindo a flexibilização quanto a carga horária, funcionamento e prática pedagógica;
9. estabelecer política de formação para os professores do sistema público que atuam na área de alfabetização de jovens e adultos;
10. recomendar a participação efetiva da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional do Distrito Federal nos fóruns de discussão promovidos pelo GTPA/DF;
11. viabilizar mecanismos para que as instituições integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS/DF preste assistência integral à saúde, principalmente no que se refere à oftalmologia, otorrinolaringologia e odontologia aos jovens e adultos vinculados ao Programa Permanente de Alfabetização;
12. determinar que cada Unidade de Ensino da Rede do GDF, de forma descentralizada, realize um censo com a participação da comunidade local para identificar a incidência do analfabetismo em sua área de abrangência: perfil, causas e efeitos. E desenvolver participativamente um plano de metas para erradicar o analfabetismo identificado;
13. recomendar como requisito para concorrer as direções de escolas e Regionais de Ensino a explicitação de compromisso pelos concorrentes quanto ao desenvolvimento de ações de alfabetização de jovens e adultos e apresentação pública de programas para erradicar o analfabetismo na área de influência da escola ou Instituição de Ensino que pretende dirigir;
14. indicar a promoção de Encontros para discussão metodológica e de concepções educativas e formativas;
15. promover debates avaliativos de experiências e de intercâmbio nas Universidades e escolas públicas e privadas;
16. desenvolver mecanismos que possibilitem a capacitação e reciclagem de professores do supletivo com a intervenção do GTPA/DF;
17. indicar que a alfabetização de jovens e adultos não deve restringir-se a proporcionar aos jovens e adultos apenas a habilidade da leitura e da escrita, mas propiciar-lhes uma formação plena de valores humanitários e de cidadania para atuação na sociedade que deve fundamentar-se nos princípios da educação libertadora;

III ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

Brasília-DF, 3 de dezembro de 1994.

Promoção: Decanato de Extensão - UnB
Faculdade de Educação - UnB

As entidades e instituições participantes do III Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno, com o objetivo de avaliar as experiências ocorrentes e formular propostas de ações futuras, realizado no dia 3 de dezembro de 1994, das 9:00 às 18:00 horas, no Auditório Dois Candangos, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e signatárias deste documento, apresentam a Vossa Excelência, Governador eleito do Distrito Federal, as conclusões e resoluções do referido Encontro, para serem incorporadas ao seu programa de governo como ações prioritárias com vistas à erradicação do analfabetismo no Distrito Federal.

CONCLUSÕES E RESOLUÇÕES:

1. Ratificar a proposta de programa permanente pró-alfabetização do DF - indicação do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal - GTPA/DF para o GDF (1995-1998), que aditada com as proposições a seguir constitui a proposta do III Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno a ser implementada como prioridade pelo Governo do Distrito Federal: (Documento 1)
2. o Governo eleito deverá adotar iniciativas para consignar no orçamento do Governo do Distrito Federal - 1995, recursos para custear ações com vistas à erradicação do analfabetismo no Distrito Federal, em 04 anos. Cumprindo, destarte, o artigo 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal:
3. elaborar e desenvolver um Programa permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos articulando o Governo do Distrito Federal e sociedade civil, para concretizar em ações as proposições contidas no artigo 45 das disposições transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, pressupondo:
 - a) Criar mecanismos estimuladores da participação da sociedade civil no Programa;
 - b) analisar as possibilidades de serem aplicados aos prestadores de serviço do GDF o dispositivo do item 5º, artigo 45, da Lei Orgânica;
 - c) desenvolver gestões e negociar medidas junto as empresas privadas no sentido de viabilizar a alfabetização de seus funcionários, mediante a concessão de jornada de trabalho especial e iniciativas quanto à manutenção do emprego;
 - d) fazer gestões junto as Instituições de Ensino Superior do DF no sentido de uma política de formação de alfabetizadores/educadores de jovens e adultos, a nível de graduação, pós-graduação e extensão, bem como da realização de pesquisas básicas (universidades e alfabetizadores), visando subsidiar as ações de alfabetização;
 - e) incorporar aos programas setoriais das secretarias e órgãos do Governo do Distrito Federal, as ações decorrentes do Programa Permanente de Alfabetização de Jovens e Adultos como prioridades político-administrativas;

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS